

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

FERNANDA CRISTINA MARTINS DA ROCHA

**PRODUÇÃO E CONDUÇÃO DE SUJEITOS
EM UMA ESCOLA DE CARREIRA MILITAR**

Itatiba
2014

FERNANDA CRISTINA MARTINS DA ROCHA – R.A. 002201200631

**PRODUÇÃO E CONDUÇÃO DE SUJEITOS
EM UMA ESCOLA DE CARREIRA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a D.ra. Jackeline Rodrigues Mendes

Itatiba
2014

800.1
R573p

Rocha, Fernanda Cristina Martins da.
Produção e condução de sujeitos em uma escola de
carreira militar / Fernanda Cristina Martins da Rocha. --
Itatiba, 2014.
107 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Jackeline Rodrigues Mendes.

1. Análise do discurso. 2. Escola militar. 3. Disciplina.
4. Governamentalidade. 5. Identidade. I. Mendes, Jackeline
Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Fernanda Cristina Martins da Rocha defendeu a dissertação “PRODUÇÃO E CONDUÇÃO DE SUJEITOS EM UMA ESCOLA DE CARREIRA MILITAR” aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 26 de fevereiro de 2014 pela Banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Jackeline Rodrigues Mendes
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Alexandrina Monteiro
Examinadora

Profa. Dra. Mônica de Ávila Todaro
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em minha vida e guiar todos os meus passos.

A meus pais e irmão por sempre me apoiarem e serem exemplos de vida.

A Escola Preparatória de Cadetes do Exército por dispor de material de pesquisa tão rico e por ter permitido que eu explorasse esse material.

A minha orientadora, Jackeline Rodrigues Mendes, pela orientação precisa, pelo acolhimento e sensibilidade.

As professoras doutoras Alexandrina Monteiro, Elzira Yoko Uyeno (*in memoriam*) e Mônica de Ávila Todaro pela leitura atenta e criteriosa do texto e pelas sugestões.

Ao Programa de Pós-Graduação da USF e todos os seus professores que de alguma maneira contribuíram para esse estudo.

A CAPES pelo apoio financeiro.

Aos meus colegas de trabalho que me apoiaram e ajudaram durante esses dois anos.

As amigas Edilene e Maria Cristina, representando a nossa turma de estudos Foucaultianos, pelo companheirismo durante todo o curso.

RESUMO

Este trabalho pretende focalizar os processos identitários que emergem no contexto de uma escola militar. Buscamos discutir a questão da identidade a partir de uma perspectiva discursiva, uma vez que o sujeito é constituído na/pela linguagem e é fruto do meio social. Para o desenvolvimento desse trabalho, tomamos como fundamentação os estudos foucaultianos na educação a partir dos dispositivos das práticas discursivas, disciplinares e de governo. No contexto do estudo, os alunos assumem as identidades que os discursos operam através de relações de poder ancoradas nos dois pilares essenciais de sustentação da Instituição objeto de estudo - hierarquia e disciplina. Pretendemos realizar esse trabalho a partir da perspectiva da linguagem, com contribuições da Análise do Discurso de linha francesa, analisando materiais escritos como o edital do concurso, as normas estabelecidas pela escola, e as anamneses feitas com os alunos. A análise pretende abordar como essas práticas identitárias vão sendo produzidas. Os alunos dessa escola militar, ao ingressarem por meio de concurso público, inserem-se em práticas disciplinares e de governo na produção de condutas com a finalidade de adequação à vida militar. As novas identidades já começam a ser moldadas mesmo antes do processo seletivo, através de algumas exigências constantes no edital do concurso. Essas identidades então são aperfeiçoadas durante a formação do aluno, e tornam-se evidentes nos depoimentos dados pelos alunos através das anamneses.

Palavras-chave: análise do discurso. disciplina. escola militar. governamentalidade. identidade.

ABSTRACT

This paper intends to focus on the identity processes that emerge in the context of a military school. We discuss the issue of identity from a discursive perspective, since the subject is constituted in/ through language and is the result of the social environment. To develop this work, we use as base the Foucauldian studies on discursive, disciplinary and government practices. In the context of the study, students assume the identities that the discourses operate through power relations anchored on the two key pillars of the institution that is the object of this study - hierarchy and discipline. We intend to develop this work from a language perspective, with contributions from the discourse analysis, studying written materials such as the military school entrance exam proclamation, the regulations set by the school and the anamneses made with students. The paper aims to address on how new identities are produced. After being accepted in the school, students are subjected to disciplinary and government practices to adjust their conducts to military life. New identities are shaped even before the selection process, through some requirements stated in the entrance exam proclamation. These identities are then refined during the students' education and become evident in the statements given by students through the anamneses.

Key-words: discourse analysis. discipline. military school. governmentality. identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
MINHA TRAJETÓRIA.....	9
O MILITAR, A ESCOLA E O INGRESSO.....	12
CONTEXTUALIZANDO FOUCAULT E SEUS DOMÍNIOS.....	19
1. PRÁTICAS DISCURSIVAS: DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	24
1.1 DISCURSO E SUJEITO	24
1.2 PODER E SUJEITO	30
1.3 O EDITAL DO CONCURSO.....	35
1.4 NOME DE GUERRA	37
1.5 ANAMNESES	38
2. PRÁTICAS DISCIPLINARES E A PRODUÇÃO DO SUJEITO.....	42
2.1 FUNÇÕES DISCIPLINARES	45
2.1.1 Distribuição espacial	45
2.1.2 O controle das atividades	47
2.1.3 A organização das gêneses	49
2.1.4 A composição das forças	51
2.2 ESPAÇO ESCOLAR, DIVISÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DOS CORPOS E CONTROLE DO TEMPO	52
2.3 INSTRUMENTOS DISCIPLINARES	57
2.3.1 A vigilância hierárquica	58
2.3.2 A sanção normalizadora	60
2.3.3 O exame	62
2.4 O PANÓPTICO	65
2.5 O ALUNO E AS NORMAS	67
3. PRÁTICAS DE GOVERNAMENTO E A CONDUÇÃO DO SUJEITO.....	72
3.1 A PASTORAL	75
3.1.1 Características do poder pastoral	76

3.1.2 A pastoral cristã como técnica de governo	79
3.2 A CRISE DO PASTORADO	88
3.3 A CONDUÇÃO DOS ALUNOS	94
3.4 CERIMÔNIAS MILITARES	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

Minha Trajetória

Desde a minha graduação em Letras/Inglês trabalhei em algumas escolas: escola de idiomas, escola pública municipal, escola particular até chegar na escola militar. Foram três anos trabalhando em diversas instituições civis até chegar na escola militar onde estou desde 2003, ministrando aulas de inglês para o terceiro ano do ensino médio e a partir de 2012, para o primeiro ano da graduação. A escola mudou de Ensino Médio para o Ensino Superior a fim de atender às demandas impostas pela Instituição que a rege, para se adequar ao Curso de Formação e Graduação de Oficiais de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico, que teve sua duração alterada de quatro para cinco anos. Desta forma a escola militar objeto desse estudo converteu-se em Estabelecimento de Ensino Superior Militar, transformando-se no primeiro ano de graduação, de um curso com duração de cinco anos.

Ingressei nessa escola como professora militar, passei por um treinamento de 45 dias e me tornei uma oficial militar temporária, portanto, além de minhas funções como professora, exercia outras funções características da vida e rotina militar como tirar serviço (ficar de guarda, responsável pelo quartel, durante 24 horas), fazer sindicância, dentre outras. Nessa função de oficial militar temporária, poderia ficar por até 7 anos, prazo máximo, entretanto um ano após essa mudança de vida civil para militar, surgiu a oportunidade de prestar um concurso para professor civil o qual prestei e passei, voltando a ser civil dentro de uma escola militar e essa é a minha condição atual.

Sentindo a necessidade de não me afastar dos estudos acadêmicos, e de acordo com a possibilidade, diante de uma rotina de trabalho, fiz uma especialização em Psicopedagogia e Orientação Educacional. Depois comecei a fazer algumas matérias como aluna especial no programa de pós-graduação em Linguística Aplicada da Unicamp. Ao fazer a matéria Fatores Socioculturais, Psicológicos e/ou Psicanalíticos no Ensino/Aprendizagem de Línguas tive meu primeiro contato com a Análise do Discurso. Apesar da minha formação em Letras, essa matéria não fez parte do meu currículo, então o que para mim era considerado chato, devido ao

desconhecimento, logo se tornou algo encantador; encantei-me pela Análise do Discurso, pelo modo como ela nos faz enxergar as palavras e as coisas de uma outra forma. Nunca tinha prestado atenção para o fato de que determinadas escolhas lexicais e seus usos revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando também a presença de diferentes discursos que expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema. Me dei conta de que os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução; assim uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos de acordo com o lugar sócio-histórico-ideológico daqueles que a empregam. No decorrer do curso fui informada de que havia uma tese de doutorado que investigou o processo discursivo de designação de pessoas no Brasil, tomando-o como pano de fundo para analisar a presença dessas superfícies discursivas (nomes próprios) com materialidades de Língua Inglesa na designação de brasileiros – as razões que levam as pessoas a escolherem os nomes de seus filhos e para o que isso aponta, uma investigação no sentido de que a designação apresentaria invariantes que retornam sempre como discursividades que interpelam o sujeito em sua prática de designação. A professora do curso sugeriu que seria interessante trabalhar com a questão da escolha de nomes, uma vez que os alunos da escola militar podem escolher seus nomes de guerra. Fiquei curiosa em saber a razão da escolha de determinado nome: seria uma homenagem a alguém da família? Seria uma cobrança da família? O que aquela escolha de fato representava?

Dediquei um tempo a pesquisar trabalhos nessa área e montei um projeto de pesquisa que apresentei no processo seletivo do mestrado na Universidade São Francisco. Após realizar prova escrita, chegou a entrevista e a banca mostrou-se interessada e procurou entender que estrutura militar era aquela na qual eu estava inserida, afinal de contas o aluno dessa escola não pode simplesmente escolher um nome, ele tem que respeitar uma hierarquia resultante da sua classificação no concurso de admissão à escola. O que traz à tona relações de poder e saber na escola militar. Depois da aprovação no processo seletivo e de estudar as práticas foucaultianas durante o mestrado, e algumas mudanças em relação ao projeto apresentado no processo seletivo, surgiram as perguntas que norteiam o presente trabalho: De que modo operam as práticas foucaultianas na constituição da identidade desejada/esperada do sujeito desse estudo? Que discursos permeiam esse processo? O que dizem os sujeitos sobre essas práticas?

Este estudo tem por objetivo focalizar os processos identitários que emergem no contexto de um colégio militar. Buscamos discutir a questão da identidade a partir de uma perspectiva discursiva, uma vez que o sujeito é constituído na/pela linguagem. A identidade contribui para a composição de um espaço de identificação do indivíduo, unindo-o à estrutura social. Os discursos sobre nós contribuem para a formação de nossas identidades (e não somente o que dizemos ou pensamos).

No contexto do estudo, os alunos assumem as identidades que os discursos operam – discursos que surgem como regimes de verdade, através de relações de poder ancoradas nos dois pilares essenciais de sustentação da Instituição - hierarquia e disciplina. Entendemos que os regimes de verdade operam nos processos de subjetivação dos indivíduos. Cabe ressaltar que as relações de poder são assimétricas e que o poder somente existe onde há liberdade de escolha.

Os alunos dessa escola militar (todos voluntários), ao ingressarem por meio de concurso público, inserem-se em práticas disciplinares (adestramento dos corpos para torná-los dóceis e obedientes) e de governo (através da disciplina, do controle das condutas e do exame) na produção de condutas com a finalidade de adequação à vida militar. Nesses processos, novas identidades estão sendo construídas durante a formação do aluno, as quais já começam a ser moldadas mesmo antes do processo seletivo, através de algumas exigências constantes no edital do concurso.

No decorrer do curso, são realizadas anamneses que trazem depoimentos de alunos que também sinalizam as novas identidades que vão sendo forjadas. A partir da análise dessas anamneses e de outros documentos, o presente estudo pretende discutir questões de identidade, disciplina, conduta, governamentalidade e relações de poder-saber. Para isso toma como questão norteadora: Quais e como as novas identidades são forjadas em contexto de uma escola militar? Pretendemos realizar o presente estudo a partir da perspectiva da linguagem, com contribuições da Análise do Discurso de linha francesa, analisando materiais escritos como o edital do concurso, as normas escolares e as anamneses feitas com os alunos. A análise pretende abordar como essas práticas identitárias, disciplinares e de governo se desenvolvem ao longo do ano escolar, apontando onde e como acontecem a emergência da identidade, a disciplina, o governo e as relações de poder-saber.

O Militar, a Escola e o Ingresso

É preciso contextualizar o ambiente onde o aluno está inserido. Faz-se necessário determinar o conceito de militar, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o denominado Estatuto dos Militares, assim define:

Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares.

§ 1º Os militares encontram-se em uma das seguintes situações:

a) na ativa:

I – os de carreira;

II – os incorporados às Forças Armadas para prestação de serviço militar inicial, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço militar, ou durante as prorrogações daqueles prazos;

III – os componentes da reserva das Forças Armadas quando convocados, reincluídos, designados ou mobilizados;

IV – os alunos de órgão de formação de militares da ativa e da reserva; e

V – em tempo de guerra, todo cidadão brasileiro mobilizado para o serviço ativo nas Forças Armadas.

A profissão militar tem como características: risco de vida; sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia; dedicação exclusiva; disponibilidade permanente; mobilidade geográfica; vigor físico; formação específica e aperfeiçoamento constante; proibição de participar de atividades políticas; proibição de sindicalizar-se e de participar de greves ou de qualquer movimento reivindicatório; restrições a direitos trabalhistas; vínculo com a profissão; consequências para a família.

Os alunos que ingressam na escola militar serão, após a formação, oficiais de carreira

combatentes. A carreira militar possui uma particularidade quanto à ascensão funcional, diferentemente do que ocorre em outras carreiras. Os postos e as graduações dos militares são indispensáveis, não só na guerra, mas também em tempo de paz, pois traduzem, dentro de uma faixa etária específica, responsabilidades e a habilitação necessária para o exercício dos cargos e das atribuições que lhes são correspondentes.

O militar exerce, ao longo de sua carreira, cargos e funções em graus de complexidade crescente, o que faz da liderança fator imprescindível à instituição. Esses aspectos determinam a existência de um fluxo de carreira planejado, obediente a critérios definidos, que incluem a higidez, a capacitação profissional e os limites de idade, tudo isso influenciando nas promoções aos postos e graduações subsequentes.

O militar, desde o início de sua carreira e por toda sua vida, deve estar ciente de que os pilares que sustentam a Instituição em pauta, são a hierarquia e a disciplina. De acordo com o decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, capítulo I, seção III:

Art. 7º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações.

Parágrafo único. A ordenação dos postos e graduações se faz conforme preceitua o Estatuto dos Militares.

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

I – a correção de atitudes;

II – a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;

III – a dedicação integral ao serviço; e

IV – a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas.

§ 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade.

Art. 9º As ordens devem ser prontamente cumpridas.

§ 1º Cabe ao militar a inteira responsabilidade pelas ordens que der e pelas consequências que dela advierem.

§ 2º Cabe ao subordinado, ao receber uma ordem, solicitar os esclarecimentos necessários ao seu total entendimento e compreensão.

O candidato que deseja seguir carreira militar na linha bélica combatente, deve ingressar na escola militar através de um concurso de nível nacional, realizado anualmente, e que oferece 520 vagas para jovens do sexo masculino. O concurso é composto por exame intelectual, inspeção de saúde, exame de aptidão física, comprovação de requisitos biográficos e averiguação de idoneidade moral. O exame intelectual acontece no segundo semestre de um ano e os candidatos classificados dentro do número de vagas são convocados para se apresentar na escola em janeiro do ano seguinte, a fim de se submeterem às demais etapas do concurso.

Em caso de aprovação em todas as etapas do concurso, o candidato passa por um período de adaptação que dura em torno de três a quatro semanas. Durante esse período, o candidato (essa é sua denominação) recebe instruções sobre a vida e a rotina militar, além de cumprir medidas administrativas. Esse período de adaptação encerra-se com a realização de uma cerimônia militar de entrada aos portões da escola e com a efetivação da matrícula do candidato, que então passa a ser chamado de aluno.

O curso de formação e graduação do oficial de carreira da linha de ensino militar bélico é de nível superior, tem a duração de cinco anos, sendo que o primeiro deles é realizado na escola objeto desse estudo, e os outros quatro anos restantes acontecem em uma outra instituição de ensino. O objetivo do curso é formar o aspirante-a-oficial da linha de ensino militar bélico, habilitando-o a ocupar cargos de tenente e capitão não aperfeiçoado, em tempo de guerra ou de paz. Também são objetivos do curso: graduar o bacharel em ciências militares; iniciar a formação do chefe militar; assegurar o preparo cognitivo, atitudinal e valoral necessários ao oficial; desenvolver e fortalecer a personalidade, a formação patriótica e humanística, uma sadia mentalidade de disciplina consciente e a vocação para a carreira militar e, por fim, desenvolver habilidades técnicas e padrões comportamentais inerentes ao combatente.

A escola militar pode ser considerada como uma instituição total, que é “um local de

residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 2001, p.11). Para Goffman, certos mecanismos de estruturação de uma instituição determinam a sua condição de instituição total e acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que nela participa sob determinada condição.

O autor afirma que o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes co-participantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, e ao inserir-se numa instituição social passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas. A característica “total” da instituição vem do fato dela se organizar de modo a atender indivíduos em situações semelhantes, separando-os da sociedade e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal que se baseia no discurso de atendimento aos objetivos institucionais. Esse caráter total da instituição age sobre o indivíduo de maneira que o seu eu passa por transformações dramáticas do ponto de vista pessoal e do seu papel social.

O foco da escola militar é a progressividade no desenvolvimento de atitudes (atributos afetivos), que servirão de alicerce para que as demais áreas da formação do futuro oficial combatente – área cognitiva, área psicomotora e a área afetiva – possam ser desenvolvidas. As atitudes ou atributos afetivos na escola militar remetem a qualidades/valores que devem ser desenvolvidas e estimuladas para comporem o caráter e o perfil do profissional militar. São elas:

Adaptabilidade: capacidade de se ajustar apropriadamente frente às mudanças de situações;

Cooperação: agir, contribuindo espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe;

Coragem física: agir, de forma firme e destemida, seguindo as normas de segurança, em situação de ameaça à integridade física, no sentido do cumprimento da missão;

Dedicação: capacidade de cumprir, espontaneamente e com empenho, atividades normais do serviço e outras não previstas;

Disciplina: capacidade de proceder conforme normas, leis e regulamentos que regem a Instituição;

Empatia: capacidade psicológica para sentir o que sentiria uma outra pessoa caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela. Consiste em tentar compreender sentimentos e emoções, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo;

Lealdade: agir, sendo fiel a pessoas e grupos, considerando as necessidades da Instituição, de modo a inspirar a confiança nas pessoas;

Persistência: capacidade de manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa difícil e mesmo penosa, vencendo as dificuldades encontradas, até terminá-la;

Resiliência: capacidade de o indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas – choque, estresse, etc – sem esmorecer ou desistir;

Responsabilidade: capacidade de cumprir suas atribuições, assumindo e enfrentando as consequências de suas atitudes e decisões;

Rusticidade: capacidade de adaptar-se a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência.

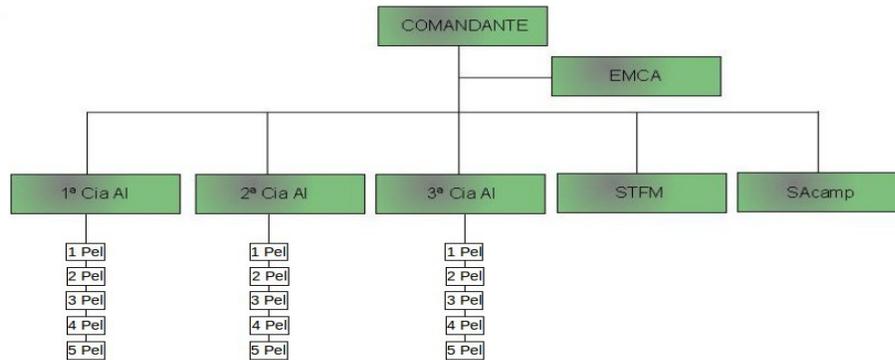
O perfil que compõe esse grupo de 520 alunos é, em média, composto por 74% oriundos de colégio civil sendo que desses, 20,7% são filhos de militares e 53,2% são filhos de civis. Os outros 26% são oriundos de colégio militar, sendo 21,7% filhos de militares e 4,4% filhos de civis. Ou seja, a maioria dos alunos vem de um meio civil. Quanto à representatividade das regiões que compõem a federação: 55% são da região sudeste, 17% do nordeste, 17% do sul, 7% da região centro-oeste e 4% do norte do país.

O ano escolar dura em média dez meses, a frequência do aluno às atividades escolares é obrigatória, sendo considerado ato de serviço. Os professores são de diversas categorias: militares de carreira, militares temporários, militares da reserva e civis. As matérias são divididas em Ensino Universitário (Cálculo I, Física Aplicada, História do Brasil, Língua Inglesa I, Língua Portuguesa I, Língua Espanhola I, Química Aplicada às Ciências Militares e Cibernética/Tecnologia da Informação e Comunicações), e Ensino Profissional Militar (Introdução às Técnicas Militares, Técnicas Militares I e II, Treinamento Físico Militar I, II e III). O aluno é considerado aprovado se obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada uma das disciplinas

curriculares e se estiver igualmente apto na esfera da Disciplina Militar. Poderíamos levantar algumas questões: por que existem escalas diferentes para as disciplinas curriculares e para a disciplina militar? Uma tem peso maior que a outra? O que essa diferença significa?

A fim de facilitar o entendimento do grau hierárquico dentro da instituição, segue uma lista de postos e graduações em ordem crescente: soldado (SD), cabo (CB), sargento (SGT), aluno (AL), cadete (CAD), aspirante-a-oficial (ASP), tenente (TEN), capitão (CAP), major (MAJ), tenente-coronel (TC), coronel (CEL) e general (GEN).

A escola militar, que funciona em regime de internato, tem uma organização estrutural de seus alunos semelhante à empregada por qualquer quartel militar. Ela é comandada por um tenente coronel ou coronel, e seu comando muda geralmente a cada dois anos. Os alunos fazem parte de um grupamento chamado Corpo de Alunos (CA) que está subordinado ao comando da escola. O comando do CA é exercido por um oficial superior – normalmente um tenente coronel, possuidor do curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O Estado-Maior (EM), encarregado de assessorar o comandante do CA, é composto por três oficiais – normalmente capitães ou majores – auxiliados por três graduados (sargentos), possuindo encargos na área de pessoal, instrução e logística. Cada companhia de alunos possui um capitão comandante de companhia (CMTE CIA), cinco tenentes comandantes de pelotão (CMT PEL) e, como principais auxiliares, um subtenente (encarregado de material), um sargento (encarregado dos assuntos de pessoal) e um cabo armeiro (encarregado da sala d'armas). A seção de treinamento físico militar (STFM) é composta por um capitão instrutor-chefe, dois tenentes e três sargentos, todos possuidores do curso de Educação Física. A STFM conta também com o apoio de professores e colaboradores civis. A seção de acampamento (SAcamp) é chefiada por um subtenente ou primeiro sargento e possui como missão principal apoiar as atividades de instrução e acampamentos.



Os 520 alunos são divididos da seguinte maneira: são 3 companhias (cada companhia é composta por uma média de 170 alunos). Uma companhia é comandada por um capitão, auxiliado por 5 tenentes. Dentro do âmbito companhia, os alunos são divididos em pelotões, cada pelotão tem em média 35 alunos e o pelotão é comandado por um tenente, logo, cada companhia tem 5 pelotões. Voltando à visão macro, a escola é composta por 3 companhias, 15 pelotões de alunos; 3 comandantes de companhia (capitães), 15 comandantes de pelotões (tenentes). Acima dessa estrutura há um grupamento chamado de Estado Maior, que é responsável pela logística dessas 3 companhias – pessoal, material, instruções, etc. Esse Estado Maior é composto por 3 oficiais (capitães ou majores) e auxiliares (sargentos) e no topo dessa estrutura está o Comandante do Corpo de Alunos, que é um Tenente Coronel.

É dever do aluno: assistir integralmente a todas as aulas e instruções previstas para o curso; dedicar-se ao seu aperfeiçoamento intelectual, físico e moral; contribuir para o prestígio da Instituição perante a sociedade; conduzir-se com probidade em todas as atividades em que estiver envolvido; participar de todas as atividades; observar rigorosamente os ditames impostos pelas leis vigentes, pela ética militar e normas de moral e bons costumes; cumprir as normas regulamentares e determinações superiores; empenhar-se em práticas sadias de higiene individual e coletiva; empenhar-se com devotamento e zelo na execução de todas as atividades escolares e cultivar os preceitos de camaradagem e disciplina consciente.

Dentre os direitos que o discente tem, vale destacar o direito a receber, gratuitamente,

alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-odontológica, ensino e instrução, além de remuneração mensal fixada por lei.

Contextualizando Foucault e Seus Domínios

O presente trabalho tem seus capítulos divididos de acordo com as práticas em uma perspectiva foucaultiana, que servem como eixo desse estudo. Para uma melhor compreensão do trabalho se faz necessário contextualizar a obra de Foucault. O domínio de estudo de Foucault são as práticas. Episteme e dispositivo são, em termos gerais, práticas. As epistemes são práticas discursivas que consistem em “(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2013, p. 144). Os dispositivos, por sua vez, integram as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Por dispositivo entende-se “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (Foucault, 1988 apud FONSECA, 2011, p. 54).

As práticas discursivas, as práticas disciplinares e as práticas de governo foram as escolhidas para a condução desse estudo e servem como eixos condutores da discussão. Através das ferramentas analíticas de Foucault, faremos as análises do trajeto e constituição do sujeito objeto de nossa pesquisa.

A partir dos estudos teóricos de Foucault, nos são apresentadas diversas ferramentas analíticas que podemos usar em nossas pesquisas e práticas sociais e educacionais. Foucault, através de suas obras, tem nos mostrado como as práticas e os saberes vêm funcionando, para constituir o sujeito. (VEIGA-NETO, 2011, p.15).

Os pensamentos de Foucault podem ser divididos em três etapas ou fases, que foram sistematizadas de acordo com critérios metodológicos e cronológicos, que são: arqueologia,

genealogia e ética. Segundo Veiga-Neto (2011, p.37), essa divisão de fases apresenta problemas, principalmente porque na terceira fase não há um método novo, pois a ética faz uso da arqueologia e da genealogia, além do mais a periodização

...pode nos induzir a alguns equívocos. Ainda que bastante prática, ela sugere que, em termos de metodologia e de problemas, Foucault tenha percorrido uma sequência cronológica, com rupturas entre uma fase e a subsequente. Tal não aconteceu. Além do mais, tal periodização leva a pensar que cada fase encerre uma teoria e um conjunto de técnicas suficientes e independentes uma da outra – do discurso, do poder e da subjetivação. Mas, ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las. (VEIGA-NETO, 2011, p. 38).

Veiga-Neto prefere usar o termo “domínio” para se referir às fases de Foucault, para evitar compreensões indevidas em termos de tempo e dessa ruptura entre uma fase e outra. Tais domínios são: *ser-saber*, *ser-poder* e *ser-consigo*. Nos dois primeiros domínios Foucault desenvolveu e aplicou, respectivamente, a arqueologia e a genealogia. (VEIGA-NETO, 2011, p.42).

No primeiro domínio (ser-saber), “Foucault faz uma arqueologia dos sistemas de procedimentos ordenados que têm por fim produzir, distribuir, fazer circular e regular enunciados” (VEIGA-NETO, 2011, p.45), além de formular regras de produção e transformação de práticas discursivas que têm um caráter singular e fundamental:

pela palavra *prática* [Foucault] não pretende significar a atividade de um sujeito, [mas] designa a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o “discurso”. Os efeitos dessa submissão do sujeito são analisados sob o título: posições do sujeito”. (Lecourt, 1980 apud VEIGA-NETO, 2011, p.45).

A prática é constituída pelo discurso, portanto o discurso está sempre dentro do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem. “O objeto de análise do arqueólogo é o discurso, cujas unidades são os enunciados; estes formam as práticas discursivas, que configuram uma *épistémè* a qual pertence ao saber de uma época.” (ARAÚJO, 2006/2007, p.6).

Veiga-Neto (2011, p.45) aponta que “o uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos.” Arqueologia se insere na tendência pós-moderna de dar relevo às partes, tantas vezes consideradas insignificantes, para tentar articulá-las e montar o todo.

A partir da obra *As palavras e as coisas*, Foucault usa uma arqueologia dos saberes, como teorias sistemáticas manifestadas através de discursos científicos verdadeiros, positivos. E foi em *Arqueologia do Saber* que ele explicou como usou a arqueologia para descobrir como nos tornamos, na Modernidade, o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento. (VEIGA-NETO, 2011, p.44). Portanto compreendemos que o sujeito não é um produtor de saberes, e sim fruto dos saberes.

A arqueologia busca a descrição sistemática de um discurso-objeto. Em termos de leitura de um texto “o objetivo [da arqueologia] é dar conta de como um texto vem a ser o que é e não 'explicá-lo' ou 'interpretá-lo' ou dizer o que ele 'realmente' quer dizer.” (Cherryholmes, 1993 apud VEIGA-NETO, 2011, p.47).

O segundo domínio de Foucault (ser-poder) enfatiza “a busca do entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que se dá no interior de redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam.” (VEIGA-NETO, 2011, p.55). *Vigiar e Punir* é a obra de Foucault que marca sua fase genealógica. Nela o que interessa a Foucault é o poder como elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos.

A genealogia propõe escutar a história, em seu próprio funcionamento, em sua própria materialidade.

A genealogia faz um tipo especial de história. Como a palavra sugere, trata-se de uma história que tenta descrever uma gênese no tempo. Mas, na busca da gênese, a história genealógica não se interessa em buscar um momento de origem, se entendermos *origem* no seu sentido “duro”, isso é, como uma solenidade de fundação em que “as coisas se encontravam em estado de

perfeição”, ou se a entendermos como “o lugar da verdade”. (VEIGA-NETO, 2011, p. 56).

Na genealogia são mantidas as análises sobre os saberes. Os discursos são lidos e analisados, mas de modo que sejam mantidos em constante tensão com práticas de poder. Devido ao fato do poder entrar nas análises discursivas, a genealogia pode funcionar como uma

insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. E se essa institucionalização do discurso científico toma corpo numa universidade ou, de um modo geral, num aparelho pedagógico, [...] no fundo pouco importa. É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (Foucault, 1999a, p.14 apud VEIGA-NETO, 2011, p.59).

Entende-se a genealogia como um conjunto de procedimentos úteis para conhecer tanto o passado quanto para nos rebelarmos contra o presente. Ela se propõe a fazer uma descrição da história das muitas interpretações que nos são contadas e impostas. Assim, ela desnaturaliza enunciados que são repetidos como se tivessem sido descobertas e não invenções.

A mudança da arqueologia para a genealogia é de cunho regionalista e na ênfase que cada uma dá ao tempo envolvido nas mudanças dos saberes. Veiga-Neto menciona a distinção que Morey faz entre arqueologia e genealogia

a diferença entre arqueologia e genealogia é aquela que existe entre um procedimento descritivo e um procedimento explicativo: a arqueologia pretende alcançar um certo modo de descrição (liberado de toda “sujeição antropológica”) dos regimes de saber em domínios determinados e segundo um corte histórico relativamente breve; a genealogia tenta, recorrendo à noção de “relações de poder”, o que a arqueologia deveria contentar-se em descrever. (Morey, 1991, p.14 apud VEIGA-NETO, 2011, p. 63).

Esse estudo tem como eixo condutor as práticas foucaultianas: práticas discursivas, disciplinares e de governo. Os domínios de interesse para o desenvolvimento desse estudo são o ser-saber que, segundo Mascia (2002), tem como foco o discurso como regra de constituição de

áreas do saber; e o domínio ser-poder, onde há uma descentralização do discurso, entendido como um sistema de poder. Usando as ferramentas de Foucault, serão analisados o trajeto e a constituição do sujeito da escola militar.

Apesar de ter optado por dividir as práticas em capítulos distintos por uma questão didática, do ponto de vista teórico não há divisão. Ela foi feita por causa do objeto de pesquisa e análise, que ora demanda mais de uma prática que de outra, com o objetivo de facilitar o entendimento do trabalho e as análises do corpus. As práticas foucaultianas não são estanques, estão entrelaçadas, uma depende da outra para funcionar. O discurso perpassa todas as práticas e o disciplinamento depende da maneira como somos conduzidos, ou seja, do governo. Assim apresentamos as análises juntamente com a parte teórica, cada uma de acordo com a prática que mais se adequa ao objeto de análise em questão.

1 PRÁTICAS DISCURSIVAS: DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Abordaremos nesse capítulo o conceito de discurso e através de quais processos os indivíduos se constituem em sujeitos.

1.1 Discurso e Sujeito

(...) dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (FERNANDES, 2008a, p.13).

O discurso é um campo de constituição de saberes. Foucault, ao fazer uma análise arqueológica, procura escavar o subsolo onde atuam as formações discursivas manipuladas pelo poder, logo, ele faz primeiramente uma análise do discurso. O discurso é socialmente constituído, ele transita através da linguagem que não apenas nomeia, não somente significa as coisas contidas na realidade ou são descritivas delas, a linguagem atua ativamente no processo de significação da realidade, ela é vista como constitutiva das coisas.

A linguagem, a partir da virada linguística, passa a adquirir importância quanto a sua forma de uso. A virada linguística, ou giro discursivo, “caracteriza-se pelo deslocamento da visão de língua, centrada nas estruturas sintáticas e nos estudos de frases isoladas, para o estudo da linguagem em uso, com foco no texto, na conversação, nos atos discursivos, nas interações e na cognição.” (MENDES, 2011, p.16).

Com essa nova ênfase na linguagem, passou-se a dar importância aos verdadeiros usuários da linguagem em situações sociais reais e em formas reais de interação. A partir disso são feitos os estudos do discurso; o deslocamento de visão de língua como estrutura formal

trouxe à tona novas possibilidades de pensar sobre a linguagem. “O processamento do discurso nas mentes dos usuários da linguagem não pode ser isolado do verdadeiro uso da linguagem em contextos sociais por usuários da linguagem em suas comunidades sociais e culturais. A linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais.” (Van Dijk, 2004 apud MENDES, 2011, p.16).

Olhando para a linguagem e sua relação com as questões de poder, Foucault, através de seus trabalhos, contribui para o deslocamento da visão estrutural da língua para o campo do discurso, colocando em pauta a questão do sujeito, como afirma Mendes (2011). Assim sendo, a linguagem, vista de uma perspectiva discursiva, é uma prática que produz os sujeitos e as realidades sociais, ela é histórica, social e ideologicamente constituída. “Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade.” (FOUCAULT, 2013, p.66). A língua não é apenas uma manifestação externa do pensamento, ela é aquilo que o torna possível, assim temos o caráter constitutivo da linguagem: a língua é um processo e não um produto.

Na obra *Arqueologia do saber*, Foucault traz a noção de “episteme” como solo positivo produtor de determinados saberes, colocando o discurso como condição de emergência de saberes. Para entendermos o que é discurso para Foucault e sua relação com o saber, precisamos passar pelas noções de saber, discurso, formação discursiva e prática discursiva. O saber para ele é:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em

que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da história natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo); finalmente um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 2013, p.219-220).

O conceito de saber está ligado ao conceito de prática discursiva. O saber é o ponto de equilíbrio da análise da arqueologia e segue o eixo “prática discursiva – saber – ciência”.

A prática discursiva, segundo Foucault, “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2013, p. 144).

Pode-se concluir que o conceito de prática discursiva é sinônimo do conceito de discurso, pois, ainda de acordo com Foucault em sua arqueologia “busca definir [...] os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras.” (FOUCAULT, 2013, p.169). O discurso, enquanto prática discursiva, é objeto da arqueologia e sua caracterização se dá à medida em que a arqueologia identifica as regras que o regem. Portanto entende-se por prática discursiva a existência objetiva e material de certas regras as quais o sujeito obedece enquanto participante do discurso.

O discurso também está inserido em uma formação discursiva, inserido num sistema de relações discursivas configurado por sua regularidade. O conceito de formação discursiva, conforme definido por Foucault, faz parte de um sistema de dispersões e de regularidades, ou seja, os discursos são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori* e cabe à Análise do Discurso buscar as regras que formam e regem os discursos.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma

regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* ... (FOUCAULT, 2013, p.47).

Foucault propõe a noção de enunciado como uma função que “cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis que as faz aparecer” e que é “esta função que agora é necessário descrever como tal, no seu exercício, nas suas condições, nas regras que o controlam e no campo que se realiza.” (Foucault, 2005 apud MENDES, 2011, p.18). Ele também entende por enunciado “um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.” (FOUCAULT, 2013, p.34).

A formação discursiva constitui grupos de enunciados, ou conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das frases, por laços gramaticais, por laços lógicos ou até mesmo laços psicológicos. Esses conjuntos estão ligados no nível dos enunciados. Na formação discursiva as práticas de atribuição de significados se realizam a partir de constrangimentos que regulam e condicionam formas de procedimentos, de acordo com valores, regras e sentidos instituídos. Segundo Foucault (2013), nessas formações são atribuídos sentidos e posições de sujeito a respeito daquilo que vale e que não vale; o que pode e o que não pode ser dito; o que tem valor de verdade e o que não tem; quem está autorizado a dizer e quem não, a partir do lugar que ocupa para enunciar o permitido e o interdito. Dito isso, Foucault define o discurso da seguinte maneira

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 2013, p.143).

Para Mendes (2011), ao abordar a linguagem em uma perspectiva discursiva, trazemos a historicidade, entendemos o discurso como um lugar de investimentos sociais, históricos e ideológicos da linguagem. Desse modo, o discurso sempre terá uma sustentação histórica, institucional, e uma materialidade que permite ou proíbe sua realização. O sujeito do discurso

seria, então, não aquele que realiza o ato de fala, nem o autor de um texto ou de uma proposição; ele é aquele a quem está autorizado o uso de determinados enunciados, em função do lugar que ocupa institucionalmente.

O sujeito é o foco principal do trabalho de Foucault. Seu objetivo sempre foi o de produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano dentro da nossa cultura. Segundo ele:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p.231).

Os sujeitos são constituídos pelo discurso e por relações de poder. Primeiramente trataremos a constituição do sujeito discursivo.

Sujeito discursivo: constituído na inter-relação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos. (FERNANDES, 2008a, p.21).

Os discursos circulam entre nós através da linguagem e fazem parte de nossas vidas. A linguagem para Foucault é uma construção do nosso pensamento e dá significado às coisas do mundo; é fruto da interação social onde os significados são construídos, influenciada pelo momento histórico, social e ideológico em que se insere. A linguagem atua no processo de significação da realidade. Segundo Brandão (2004, p.54) “...a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, pode representar o mundo.”

De acordo com a Análise do Discurso os sujeitos são constituídos discursivamente. Esse sujeito não é um ser humano individualizado, ele não tem uma existência particular no mundo. Ele é um ser social, inserido em um espaço coletivo, ele não é fundamentado em uma individualidade. Segundo Fernandes (2008a) o sujeito discursivo tem uma existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro.

A voz desse sujeito revela o lugar social de onde ele fala, expressando um conjunto de outras vozes integrantes de uma realidade histórica e social, daí seu caráter heterogêneo – não há uma uniformidade no sujeito, ele é constituído pela interação social estabelecida com diferentes sujeitos; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico, por isso também ser polifônico: presença de diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito. “Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz.” (FERNANDES, 2008a, p.26).

O sujeito discursivo é um ser social, tem existência em um espaço social e ideológico, ele está inserido em um contexto sócio-histórico-ideológico cuja voz é constituída por diferentes vozes sociais, ele se completa e se constitui na relação com o outro. O sujeito é essencialmente histórico pois é marcado em um tempo e em um espaço, “...o sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais...” (FERNANDES, 2008a, p.27).

Porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Segundo Orlandi (2009), a ideologia também faz parte da constituição do sujeito. Ela é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2009, p.46). O sujeito é ideológico pois fala a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. A linguagem desse sujeito aponta que ele divide o espaço discursivo com o outro, portanto ele é heterogêneo, descentrado, se forma a partir do discurso do outro.

A ideologia é a função da relação necessária entre linguagem e mundo. Os sujeitos resultam de uma ligação da ideologia, inscrita histórico-socialmente, eles são fruto do meio onde vivem, das relações que estabelecem com o outro e tudo isso é materializado através do discurso.

Por isso o sujeito não é dado *a priori*, ele é interpelado pela ideologia e é constituído no discurso, resulta de uma estrutura complexa, tem existência no espaço discursivo, é descentrado, constitui-se entre o “eu” e o “outro”.

O sujeito, para se constituir, para produzir sentidos, é afetado pela língua e pela história; e caso ele não se submeta a elas, ele não se constitui, ele não fala e nem produz sentidos (Orlandi, 2009). O sujeito constituído através do discurso é compreendido como um efeito de linguagem, na qual ele tem sido aculturado. Ele só constrói sua identidade na interação com o outro. Desse modo, pela Análise do Discurso, o sujeito é produzido no interior de discursos e sua identidade é resultante das posições do sujeito nos discursos.

Com esses apontamentos acerca da constituição do sujeito discursivo na/pela interação social marcada por contrastes próprios às inscrições ideológicas que se opõem, e aos diferentes discursos coexistentes, reiteramos que a polifonia é um aspecto constitutivo dos diferentes discursos e os sujeitos sofrem (trans)formações no cenário histórico-social que lhes possibilitam, pela dispersão dos sentidos, constituírem-se discursivamente. (FERNANDES, 2008a, p.34).

1.2 Poder e Sujeito

O estudo do poder nas obras de Foucault deve ser compreendido sob a ótica da necessidade de uma ampliação dos conhecimentos de seus procedimentos e estratégias, a fim de clarificar os processos de objetivação e subjetivação do ser humano em nossa cultura. Ele estaria inserido, portanto, na perspectiva da temática do sujeito. Este estudo está, assim, vinculado à sua preocupação com o sujeito. (FONSECA, 2011, p.32).

De acordo com Fonseca (2011), Foucault traz em seus trabalhos a noção de que o sujeito não é dado, ele não preexiste, ele é constituído e somente então desempenha seu papel. Essa constituição se dá no presente, e fabrica um tipo específico de sujeito para determinado grupo ou sociedade. Foucault aponta para dois tipos de constituição do sujeito que são ora concomitantes, ora não, que são a objetivação e a subjetivação do indivíduo. Esses processos, apesar de se desenvolverem de formas diversas, referem-se sempre ao mesmo elemento: a constituição do indivíduo.

Revel (2005) reforça essa ideia de constituição do sujeito, que também pode ser designada “subjetivação”. Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.

A objetivação refere-se à constituição do sujeito como objeto, um corpo dócil e útil através das práticas que fazem do homem um objeto. Isso é possível através de mecanismos disciplinares. São três os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos:

O primeiro é o modo de investigação que tenta atingir o estatuto da ciência, como por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia. (FOUCAULT, 1995, p.231).

Já a subjetivação refere-se às práticas que fazem do homem um sujeito, práticas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria.

Dessa forma, os processos de objetivação e de subjetivação a que Foucault se refere constituem procedimentos que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo. Os primeiros fazem parte dos estudos em que Foucault se dedica a mostrar as “práticas que dentro de nossa cultura tendem a fazer do homem um objeto”, ou seja, os estudos que mostram como, a partir dos mecanismos disciplinares, foi possível constituir o indivíduo moderno: um objeto dócil e útil. Os segundos, por sua vez, localizam-se no âmbito dos trabalhos em que Foucault procura compreender as práticas que, também dentro da nossa cultura, fazem do homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria. (FONSECA, 2011, p.28-29).

Foucault justapõe, em suas obras, os processos de objetivação e os processos de subjetivação do indivíduo, assim como os mecanismos e as estratégias que compõem esses

processos, que em seu conjunto podem explicar a constituição do sujeito.

Cabe apontar a diferença entre indivíduo e sujeito. Para Foucault a palavra sujeito “serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação.” (Fonseca, 2011, p.30). Esses processos, concomitantes aos processos de objetivação, explicitam a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil e útil. Portanto quando há referência aos processos de objetivação e subjetivação, será sempre em relação ao indivíduo. O termo sujeito expressará o resultado da constituição do indivíduo diante dos mecanismos de subjetivação presentes na atualidade.

Os modos de objetivação que produzem o indivíduo para que ele seja objeto dócil e útil, e de subjetivação, que o produz para que se torne sujeito preso a uma identidade determinada, são materializados nas relações de poder e saber e disciplinamento que transformam os homens em sujeitos. As relações de poder têm uma extensão grande nas relações humanas, elas são assimétricas, são formas de agir sobre as ações dos outros, são estratégias, que promovem, produzem sujeitos, discursos e são positivas no sentido que produzem saberes.

Foucault afirma que o poder é que faz com que os indivíduos se relacionem, que se comuniquem uns com os outros no sentido de que uns ajam sobre os outros, logo que uns governem os outros, tal como é a relação pai/filho ou professor/aluno, por exemplo. Dreyfus e Rabinow (1995) lembram que o poder não é uma mercadoria, uma posição, uma recompensa ou uma trama; é a operação de tecnologias políticas através do corpo social.

Segundo Fernandes (2008b), o poder coloca em jogo relações entre sujeitos, o poder é um jogo de relações estratégicas entre sujeitos, é um modo de ação de alguns sobre outros, existe em forma de ação, uma ação sobre sua própria ação, ação sobre ações, uma maneira de agir sobre a ação dos outros para conduzir condutas. O sujeito está sempre envolto por complexas relações de poder.

Em relação ao poder, Fischer afirma:

Aprendemos tudo o que ele “não é”: o poder não se possui, não é uma propriedade, não está localizado no Estado, não é mera superestrutura, enfim, não atua pelos mecanismos de repressão e da ideologia. Por oposição, também aprendemos que o poder, antes de tudo, é um “efeito de conjunto”: é uma estratégia, é algo que está em jogo, ele incita, promove, produz e é “positivo”.

Produz o quê? Sujeitos, discursos, formas de vida. Como? Através da transformação técnica dos indivíduos. (FISCHER, 2012, p.61).

Segundo Fernandes (2008b), Foucault desenvolve a ideia de relações de poder que induzem, produzem prazeres, produzem coisas, formam saberes e produzem discursos em detrimento da noção de poder como aparelho que apenas reprime. Temos então o poder como relações de forças produtoras.

O poder implica também liberdade e possibilidade de resistência, cuja existência só é possível em sujeitos livres, de acordo com Fernandes (2008b). As oposições ao exercício do poder só ocorrem dentro da mesma malha onde ocorre o poder. “Não há possibilidade de resistência a partir de um exterior das relações de força, pois esse exterior não existe. As resistências possuem um caráter relacional, da mesma forma que os mecanismos de poder.” (FONSECA, 2011, p.37).

Ainda sobre a resistência, Foucault afirma que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha 'de baixo' e se distribua estrategicamente.” (FOUCAULT, 2009, p.241).

O poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, ele representa um papel diretamente produtivo, é multidirecional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima.

É através da relação poder-saber que se chega aos efeitos do poder, como o poder age sobre o sujeito, como ele reage a esse poder e como isso se dá pelo discurso. “Foucault descobriu que os saberes se engendram e se organizam para 'atender' a uma vontade de poder.” (VEIGA-NETO, 2011, p.117). Ainda segundo Veiga-Neto (2011), os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem. Poder e saber se implicam mutuamente, são da ordem da produção, são relações e um não existe sem o outro.

....o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem

saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.(FOUCAULT, 2008, p.30).

As teses foucaultianas acerca do sujeito impõem o poder como um elemento sem o qual o sujeito praticamente não teria existência. Para Fernandes (2008b), essas relações de poder são importantes pois os enunciados apontam para posições-sujeito e essas posições são marcadas por relações de poder que se opõem. O poder coloca em jogo relações entre sujeitos e os discursos refletem os lugares desses sujeitos. “O discurso é o espaço onde saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.” (BRANDÃO, 2004, p.37).

Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerador de poder. “Devemos atentar para o fato de que é no interior do discurso que se produz a verdade, a partir de um jogo discursivo em cujo funcionamento se travam pequenas lutas diárias pelo poder-saber.” (MASCIA, 2002, p.64). Para Foucault, o poder-saber produz a verdade, ele entende por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.” (Foucault, apud MASCIA, 2002, p.69). Os sujeitos são julgados, condenados, obrigados a viver de um certo modo, em função de discursos tidos como verdadeiros.

É através da problematização do discurso e dos saberes envolvidos que podemos revelar quem é o sujeito em tela e como ele chegou a ser o que dizemos que ele é, por essa razão se faz necessário analisar as relações de poder e de saber em cada momento histórico e em cada espaço social específico. O sujeito é um produto, ao mesmo tempo, dos saberes e dos poderes, num campo discursivo. A seguir veremos como esses sujeitos se constituem através do discurso e de relações de poder, como sua identidade militar vai sendo forjada.

1.3 O Edital do Concurso

Para ingressar na escola “onde tudo começa”, lema da escola que se refere ao início da formação do oficial combatente, o candidato passa por um concurso que exige, dentre outras coisas, conforme edital nº 2 de 13 de julho de 2012:

Capítulo II, art 4º, inciso I - Que ele tenha concluído a terceira série do Ensino Médio;

Capítulo II, art 4º, inciso II - Que ele seja solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado; em qualquer um desses estados civis, não possuir dependentes nem outros encargos de família;

Capítulo II, art 4º, inciso IV - Possuir idade de, no mínimo 17 e, no máximo, 22 anos completados até 31 de dezembro do ano da matrícula;

Capítulo II, art 4º, inciso VI - Se militar da ativa possuir parecer favorável à inscrição, emitido por seu comandante, chefe ou diretor de OM (Organização Militar); além disso, no caso de praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento “bom”;

Capítulo II, art 4º, inciso IX - Se ex-aluno de estabelecimento de ensino de formação de oficiais ou praças, não ter sido desligado por motivo disciplinar, tendo sido classificado, no mínimo, no comportamento “bom”, por ocasião do seu desligamento;

Capítulo II, art 4º, inciso XV - Possuir aptidão física e idoneidade moral que o recomendem ao ingresso na carreira de oficial do Exército Brasileiro, e ainda, não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional;

Começamos pelo lema da escola: “Onde tudo começa”. Um lema é uma ideia expressa por uma frase que serve de guia ou motivação para uma pessoa ou grupo; esse lema traz consigo um regime de verdade, produz um efeito de sentido muito forte, afinal indica que a carreira de um oficial começa ali. O lema em questão também traz a ideia de abandonar a vida civil e começar uma vida militar, implicando mudanças de hábitos e costumes, deixar de ser “paisano”, raspar o verniz da vida civil para dar uma “demão” de tinta militar.

O edital do concurso já começa a delinear, delimitar, formatar que tipo de sujeito ele quer

que faça parte da Instituição. Apesar de a maioria dos alunos serem de origem civil, para os candidatos de origem militar, já é exigido que ele tenha passado e se sujeitado a um discurso que define seu comportamento, o modo como ele deve agir diante dessa nova relação de poder-saber. Alguém já foi responsável por docilizar esse candidato e deve atestar que ele está apto a participar do processo de seleção.

Existe também um discurso prévio que define o que é idoneidade moral e que o candidato deve saber se está dentro dessa lógica para que seja considerado apto a participar do processo seletivo. Desse mesmo modo existe a questão da segurança nacional, o candidato deve ter sido sujeitado a discursos e regimes de verdade que ditam o que são ou não atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

Ainda de acordo com o edital:

Capítulo II, art 6º, inciso III - Preencher ficha de inscrição na qual consta uma declaração afirmando que ele aceita, de livre e espontânea vontade, submeter-se às normas do Concurso de Admissão e às exigências do curso pretendido e da profissão militar, caso seja matriculado;

Capítulo II, art 23, inciso II - Ao solicitar sua inscrição, o candidato estará atestando que aceita submeter-se voluntariamente: às exigências do curso pretendido, caso seja aprovado, possuindo condições para acompanhar os trabalhos escolares, inclusive em atividades de campo, exercícios, manobras e demais atividades características das instruções militares, considerando que a atividade militar exige disponibilidade integral de seus componentes em qualquer horário e em qualquer dia do ano, não podendo o militar esquivar-se desse compromisso;

Ao preencher a ficha de inscrição, o candidato aceita “de livre e espontânea vontade” submeter-se às normas indica que o poder só pode ser exercido sobre homens livres, obrigar alguém a fazer algo não é poder, é violência. Poder existe onde há liberdade e ao concordar com as regras estabelecidas no edital do concurso de admissão, o candidato está aceitando ser conduzido, docilizado e disciplinado através das relações de poder estabelecidas no edital e no decorrer do curso. Aceitando de livre e espontânea vontade sinaliza que ele quer fazer parte desse processo para se tornar esse sujeito que ele almeja tanto ser. Existe uma busca pelo poder, ele

quer entrar nessa racionalidade para obter o saber e conseqüentemente o poder. O imaginário do candidato/aluno é tomado pela busca pelo poder, de um dia poder comandar, mandar em seus subordinados e ser obedecido.

1.4 Nome de Guerra

Os candidatos, ao serem aprovados em todas as etapas do concurso, passam por um período de adaptação que dura de três a quatro semanas. Durante esse período, o candidato recebe instruções sobre a vida e a rotina militar, além de cumprir medidas administrativas. Uma dessas medidas administrativas consiste na escolha do nome de guerra. O critério de escolha é a classificação do candidato no concurso de admissão, então se dois candidatos escolhem o mesmo nome de guerra, por exemplo, Silva, o candidato melhor classificado tem direito a ter como nome de guerra Silva e o outro candidato terá que escolher outro nome, ou complementar o Silva, por exemplo: Silva Júnior.

Esse processo discursivo de designação traça, por meio de formulações, antecipações, projeções discursivas, o perfil do sujeito que será formado, ou seja, “nasce” discursivamente por meio de projeções, antecipações, idealizações e expectativas por parte do aluno e familiares. A designação sinaliza relações de poder pois é a ação de uns sobre os outros, os melhores classificados sobre os demais; o ato de nomear-se é uma prática discursiva de constituição do sujeito, o candidato assume uma nova identidade, ele se submete a um processo de subjetivação.

O nome próprio é o exemplo que ilustra a condição de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como causa de si. No processo de designação de pessoas, o sujeito designador é interpelado por discursividades com as quais se identifica e nas quais se reconhece e que constituem o processo de sustentação para a escolha ou composição do nome próprio de pessoa.

Escolher um outro nome significa assumir uma nova identidade. É preciso ressaltar que as identidades não são fixas, estáveis, inerentes ao sujeito, ao contrário, elas são múltiplas e variáveis, construídas através de práticas discursivas específicas. A troca de nome é uma dessas práticas, através da troca o candidato materializa todo o esforço de ter estudado para o concurso e conquistado a aprovação em uma nova identidade, esse novo nome lhe traz poder; essa escolha também pode significar uma homenagem a alguém importante da família: pai, mãe, avô. São raros os casos em que os candidatos escolhem o primeiro nome de batismo como nome de guerra, geralmente optam pelo sobrenome.

1.5 Anamneses

De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, anamnese se refere a uma lembrança pouco precisa, uma reminiscência, recordação, ação de trazer à memória. No sentido filosófico, remete a uma rememoração gradativa através da qual o filósofo redescobre dentro de si as verdades essenciais e latentes que remontam a um tempo anterior ao de sua existência empírica. A definição médica é a de um histórico que vai desde os sintomas iniciais até o momento de observação clínica, realizado com base nas lembranças do paciente.

A seção psicopedagógica da escola, composta por psicólogas e pedagogas, aplica, duas vezes ao ano, um questionário chamado de anamnese. Essas anamneses ocorrem ao final de cada semestre, e servem justamente para fazer um levantamento da vida do paciente, no caso, do aluno. Além dos “sintomas iniciais, até o momento da observação clínica”, é possível que o aluno se expresse, traga à memória e externalize suas lembranças.

Perguntas relacionadas a dificuldades nas matérias, métodos de estudo, dados estatísticos tais como enumerar as matérias por ordem de importância e enumerar os reais motivos de empenho no estudos fazem parte da anamnese. Mas o item que mais chama a atenção, e que é objeto de análise, é o último item que é aberto e o aluno, sem ser identificado, pode ou não responder. É o momento que ele tem, caso queira, de expressar-se “livremente”. O item propõe:

“Escreva no espaço abaixo a percepção que você tem das mudanças (comportamentais, afetivas, relacionais...) que ocorreram em você do início do ano até aqui. Como se sente em relação a elas?”

Os excertos a seguir são extraídos das anamneses dos 15 pelotões de alunos:

“Eu me tornei mais sério, mais introspectivo e nada engraçado.”

“Mudanças nos hábitos que eu tinha da vida civil.”

“Melhoria na disciplina consciente, na forma de me relacionar com meus companheiros tanto nas horas sérias, quanto nos momentos de descontração.”

“Estou mais disciplinado.”

“Privilegiado por fazer parte dessa pequena parcela da sociedade que valoriza princípios e valores, que são deixados para trás pela maioria dos jovens.”

“Maior responsabilidade, espírito de corpo, disciplina e autocontrole.”

“Satisfeito, apesar de ter me tornado mais fechado.”

“Fiquei mais disciplinado e criei laços de amizade.”

“Aumento da responsabilidade, disciplina, auto-controle, rusticidade, considero a mudança positiva.”

“Aprendi a ser mais independente, responsável e ativo.”

“Agora sou mais disciplinado, ao receber uma tarefa me esforço para cumpri-la.”

“Tornei-me mais maduro e responsável. É bem verdade que estou com o comportamento um pouco mais sério.”

“Eu me tornei uma pessoa mais centrada, com objetivos concretos. Além disso, tornei-me mais disciplinado e mais seguro também.”

“Sinto que mudei bastante até hoje, e mudei para melhor. Sou mais responsável, mais dedicado, não sou mais sedentário, me impressionei como me adaptei, no começo achei que não conseguiria.”

“Responsabilidade, seriedade e camaradagem foram os valores que eu mais aprendi, e vi mudar em mim. Me sinto satisfeito e tenho certeza que vou melhorar muito mais com os ensinamentos feitos aqui.”

“Percebo que estou mais confiante nas minhas decisões, mais responsável e independente.”

“Percebo que tornei-me mais responsável e compromissado com as atividades que desempenho.”

“Estou mais atento e focado para o cumprimento das tarefas e mais disciplinado também.”

“Meu nível de responsabilidade aumentou muito, minha capacidade de trabalhar em grupo e viver coletivamente.”

“Percebi que me adaptei mais a viver em grupo, ajudar os outros, ter um bom ambiente profissional e no comportamento aprendi a ser mais reservado.”

“Aprendi a pensar em grupo.”

“Aprendi a conviver mais em grupo, e pensar no próximo.”

“Deixei de ter um pensamento mais individualista das coisas.”

Seguindo uma abordagem analítico-discursiva, passamos a analisar algumas marcas linguísticas e observar a materialidade do discurso e os sentidos produzidos.

Ao assumirem esse novo papel dentro da escola militar, os alunos, tendo uma oportunidade de externarem seus pensamentos, usam, com muita frequência o termo “responsável”. Essa recorrência discursiva aponta que as respostas, apesar de serem “livres”, estão atreladas ao modo como esses alunos são vistos por seus superiores hierárquicos, a como esses sujeitos devem se constituir através do discurso e das relações de poder postas.

O ser responsável, ou mais responsável, é fruto de uma cobrança muito rígida, muito intensa, o que aponta para uma responsabilidade que não tem sua origem em um compromisso social. A responsabilidade se dá porque o aluno tem que cumprir ordens, pois, caso não cumpra, será punido severamente. A responsabilidade vem de cumprir ordens e não pelo fato de estar morando longe da família, de ter que administrar o próprio dinheiro, de ser “independente”. O aluno não é independente, ele está a todo momento sob algum comando e sente a responsabilidade de cumprir todas as ordens para não ser punido.

Podemos notar também a questão da coletividade, a camaradagem, a convivência em grupo. O aluno se sente responsável também pelo grupo, afinal, as punições, são para os erros individuais e coletivos. O grupo geralmente paga pelos erros de indivíduos. Logo, é preciso ser responsável pelos colegas também, afim de evitar ser punido por causa de falhas alheias.

Essa responsabilidade do aluno é produzida na sujeição a uma regra. Ele tem que se sujeitar, e ao fazer isso o sentido de que é responsável é produzido. Ele se sente responsável porque cumpre as exigências que essa posição-sujeito que ele assumiu exige. O aluno tem ciência de que para ocupar esse lugar, ele tem que se sujeitar.

Outra recorrência nas falas é a questão do se tornar mais sério, mais fechado. Isso aponta para um deslocamento, um reposicionamento diante dessa nova racionalidade. O aluno, dentro do ambiente militar, deve fazer tudo com seriedade e responsabilidade, afim de evitar punições, afinal até uma risada fora de hora, ou dependendo do ambiente, é passível de punição. O aluno deve entrar nessa ordem discursiva que prega que militares são pessoas sérias, carrancudas e que eles devem ser assim também.

Vemos assim os sujeitos sendo produzidos por discursos, na medida em que são nomeados e falam de si. Os alunos assumem para si e para os outros as identidades que os discursos operam. Os discursos fixam as identidades e promovem deslocamentos afim de se adequarem a nova ordem. As novas identidades assumidas remetem a uma mudança da alma, um ritual de passagem de uma identidade para outra, um apagamento de um sujeito para se tornar outro.

2 PRÁTICAS DISCIPLINARES E A PRODUÇÃO DO SUJEITO

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe: que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia: e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte de cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. (FOUCAULT, 2011, p.131).

Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault traz a sua interpretação da concretização histórica de diferentes modos de punição que, segundo ele, teriam em comum uma vinculação a formas de exercício do poder. A variação dessas formas seria capaz de explicar as variações em suas concretizações. Para ele, é possível pensar em uma espécie de evolução das formas de punição, evolução essa que ocorre em função de uma economia de poder. Seria uma adequação, um ajuste, de um modo de punir específico a diferentes tipos de relações de poder, almejando a uma rentabilidade crescente.

Segundo Souza (2010), Foucault apresenta em *Vigiar e punir* a genealogia do indivíduo moderno como corpo dócil e útil, mostrando uma interação entre uma tecnologia disciplinar e as ciências humanas normativas. Ele investiga o nascimento simultâneo de uma ciência social objetiva e a solidez muda do indivíduo moderno, com o intuito de mostrar os efeitos e instrumentos de determinadas formas históricas de exercício do poder. O objetivo dessa obra é: “uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.” (FOUCAULT, 2011, p.26).

A proposta de Foucault é a de tratar os castigos e a prisão como uma função social complexa. “Ao tratar da questão da prisão, Foucault procura isolar o desenvolvimento de determinados mecanismos de poder, de modo que a prisão se torna um problema político tanto quanto jurídico.” (SOUZA, 2010, p.51). Porém o objeto de estudo do livro não é propriamente a

prisão, e sim o que Foucault chama de tecnologia disciplinar. O foco é no estudo de práticas culturais que, exercidas através de uma tecnologia particular, fazem do homem, do indivíduo, do sujeito, um objeto. Ainda de acordo com Souza (2010), Foucault estuda a emergência da prisão e da vigilância normalizadora, enquanto materializações da tecnologia moderna do poder disciplinar, mediante o que a sociedade trata os criminosos como objetos a serem manipulados.

Foucault traça a evolução das punições: desde o suplício com sua punição individualizada e ostensiva até chegar na prisão, com suas punições relacionadas à vigilância, ao controle e correção de comportamentos individuais.

As formas de punição anteriores à prisão tinham, na manifestação pública de seus procedimentos, a chave de sua eficácia. Tanto a exposição do corpo supliciado, que manifestava a força do soberano, quanto a representação dos castigos permanentemente apresentada para a sociedade apoiavam-se sobre o conhecimento que o público tinha de seus métodos, e, acima de tudo, de seus efeitos. Tal conhecimento dos métodos e efeitos das formas punitivas era o que permitia às relações de poder que os sustentavam se impor. Nesse sentido, pode-se dizer que a manifestação pública de tais formas era a sua estratégia fundamental (...) Essa pedagogia apoiada na manifestação é inteiramente substituída quando as prisões passaram a utilizar uma arquitetura fechada. (FONSECA, 2011, p.49).

O mecanismo agora adotado como forma de punição, tanto na prisão, mas também em outros lugares de reforma e de muitas outras modalidades administrativas, em vários setores da população, é o que Foucault chama de disciplina. Uma tecnologia ligada a novas formas de relações de poder que se estabelecem a partir do século XIX. A disciplina, que já era aplicada com objetivos definidos dentro de instituições como a prisão, a escola e o hospital, começará a funcionar à medida que for empregada por outras instituições, como as casas de detenção e o Exército.

Foucault entende o aparecimento dos mecanismos das disciplinas como a busca por uma definição de táticas de poder em relação às multiplicidades humanas, observando três critérios básicos: que o exercício do poder seja o menos custoso, que os efeitos do poder sejam levados ao máximo de intensidade e que esse crescimento do poder seja ligado ao rendimento dos aparelhos em que ele é exercido. (FONSECA, 2011, p.50).

A forma de punição característica da prisão é considerada eficaz quando produz corpos dóceis e úteis. Tal punição tem por objetivo uma modificação do comportamento do corpo e da alma por meio de aplicação precisa de técnicas de poder e de saber. Trata-se de adestrar, de exercitar e de vigiar o corpo do criminoso, afirma Souza (2010). A prisão é apenas um exemplo de aplicação da disciplina, da vigilância e do castigo. Esses mecanismos são práticas gerais que visam disciplinar os indivíduos e as populações.

A submissão dos corpos e o controle dos gestos, o princípio de vigilâncias exaustivo, a empresa de correção dos comportamentos e de normalização das existências, a constituição de um corpo útil e vinculado à ferramenta de produção, a formação de um saber (ciências humanas) dessas individualidades regradas e submissas, todo esse conjunto participa de uma vasta técnica geral de poder que progressivamente se estende e se intensifica nas nossas sociedades contemporâneas. (Gros, apud SOUZA, 2010, p.53).

O que interessa a Foucault são as próprias técnicas disciplinares. A disciplina, para ele, é uma tecnologia política do corpo. A disciplina atua sobre os corpos e o que caracteriza as sociedades disciplinares é a forma de controle do corpo, que é percebido como objeto a ser analisado e fragmentado. Souza (2010) afirma que a tecnologia disciplinar visa forjar um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Fabrica um corpo dócil e submisso, um corpo útil, reduzido a uma individualidade controlável. É um micropoder fundado no corpo como objeto a ser manipulado. “São métodos que possibilitam um controle minucioso do corpo e de suas partes, das atividades, do tempo e das forças.” (FONSECA, 2011, p.52).

Foucault se refere à disciplina como “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...” (FOUCAULT, 2011, p.133). Cabe esclarecer que a disciplina difere da escravidão, pois não se fundamenta numa relação de apropriação dos corpos; também difere da domesticidade, pois não estabelece uma dominação constante a partir de uma vontade singular. Ela se realiza muito mais sobre as operações do corpo do que sobre operações de trabalho e os ideais de obediência, como na vassalagem, e visa mais a uma incitação de atitudes do que a uma renúncia por obediência, como no ascetismo.

O mecanismo das tecnologias disciplinares se traduz por uma apropriação daquilo que o indivíduo produz, dos saberes, sentimentos e hábitos a ele relacionados, sem retirá-lo do meio que lhe é próprio ou em que se encontra. Tal apropriação incide sobre a constituição do sujeito, de forma a não necessitar subjugar e impor, mas apenas dar os meios e instigar a sua ação. (FONSECA, 2011, p.52).

Foucault afirma que a disciplina é uma anatomia política do detalhe. E a atenção sobre os menores detalhes referentes ao corpo, na coerência de uma estratégia, é o que garante a sua enorme capacidade de difusão. Para ele a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo trazem uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito nas diversas instituições, tais como a escola, o quartel, o hospital ou a oficina, por exemplo.

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da Era Clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. (FOUCAULT, 2011, p.136)

Para um melhor entendimento acerca dos mecanismos da tecnologia disciplinar e para identificação do principal efeito por ela conseguido, abordaremos a seguir as funções disciplinares realizadas a partir do uso de instrumentos disciplinares. A concretização de tais funções, segundo Foucault, permitirá à disciplina colocar em funcionamento todos os mecanismos que caracterizarão o poder disciplinar.

2.1. Funções Disciplinares

2.1.1 Distribuição espacial

Detalharemos as funções disciplinares, que são fundamentais para que a disciplina aconteça. Uma delas refere-se à arte das distribuições, como nomeou Foucault (2011). A

utilização estratégica do espaço se apresenta como fundamental ao mecanismo disciplinar. “O espaço deve ser, para o procedimento disciplinar, um meio de distribuição que permita a análise e a utilização particular e combinatória dos indivíduos.” (FONSECA, 2011, p.63). Para isso é necessária a precisão das posições, cada indivíduo tem o seu lugar e todos os lugares têm a sua destinação. É a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo.

O quadriculamento presume cada indivíduo em seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo para que seja possível estabelecer a localização exata de cada um, para que haja uma vigilância constante sobre seu comportamento, para que se possa apreciar, sancionar, medir os méritos e qualidades de cada indivíduo. Em suma, é um procedimento para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico, de acordo com Foucault (2011).

Mas esse espaço, além de celular e analítico, também deve ser útil. Sua ocupação deve ser rentável à instituição a que estiver vinculado. Foucault traz como exemplos o hospital e a fábrica, que, através da disciplina, utilizam o espaço de maneira a aperfeiçoar as medidas terapêuticas e os processos de produção, respectivamente.

O grau de utilidade do espaço aumenta à medida que ele também se torna um espaço serial. “A colocação dos elementos em uma série definida não destrói a singularidade de cada segmento do espaço ocupado por um indivíduo, mas utiliza-se dela e a encaixa numa rede de articulações, de tal forma que a utilidade de cada um se soma à utilidade dos outros.” (FONSECA, 2011, p.64). E o controle de cada indivíduo, juntamente com sua inserção em uma série, permite a realização de um trabalho simultâneo. A organização de um espaço serial transformou as instituições em máquinas de ensinar, vigiar, hierarquizar e recompensar.

As disciplinas (...) criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos (...) garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (...) A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (FOUCAULT, 2011, p.142-143).

Em suma, o quadriculamento do espaço e a sua utilização conforme descrito, permitem à disciplina atuar diretamente sobre as atividades.

2.1.2 O controle das atividades

O controle das atividades é também uma das funções disciplinares. Ele é realizado principalmente através de dois instrumentos: o tempo e o corpo.

Foucault (2011) traz como exemplo a utilização do tempo por instituições militares e escolares, tempo esse que deve ser útil, sua divisão é minuciosa e as atividades que ele regula são cercadas o máximo possível por ordens a que se tem que responder imediatamente. Qualquer distração que venha comprometer a menor fração de tempo deve ser dissipada. “Para garantir sua pureza e utilização totais, a disciplina irá realizar a elaboração de cada ato no tempo.” (FONSECA, 2011, p.65).

O tempo medido e pago deve ser de boa qualidade, e durante seu transcurso o corpo deve estar em sintonia com ele. A exatidão e a aplicação são as virtudes do tempo disciplinar. Foucault apresenta um exemplo dessa sintonia entre tempo e corpo: “Acostumar os soldados a marchar por fila ou em batalhão, a marchar na cadência do tambor. E, para isso, começar com o pé direito a fim de que toda tropa esteja levantando o mesmo pé ao mesmo tempo.” (Montgomery, 1636, apud FOUCAULT, 2011, p.146).

Esse é um tipo de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é dividido em seus elementos; é definida a posição do corpo. Para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração. Segundo Foucault (2011) o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.

O controle disciplinar visa a uma melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, almejando uma eficácia e rapidez. Quando há um bom emprego do tempo e do corpo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser empenhado para dar suporte ao ato requerido. Para Foucault (2011), um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto; um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente. A disciplina faz com que cada gesto que compõe um ato esteja em sintonia com a atitude global do corpo e com o objeto manipulado. Essa sintonia facilita o controle e aumenta a eficiência simultaneamente, afirma Fonseca (2011).

A elaboração temporal do ato, na medida em que define todas as fases de sua realização e as relaciona a um momento no tempo, permite um controle da atividade no seu próprio interior. Não é mais necessário fiscalizar do exterior uma atividade em realização porque a fiscalização está implícita ao seu próprio desenvolvimento. A menor falha nesse desenvolvimento funciona como “sistema de alarme” que põe em evidência o desvio, uma vez que seu efeito repercute sobre toda a atividade. O desenrolar do ato é seu próprio vigia. (FONSECA, 2011, p.65).

Além da sintonia entre tempo e corpo, existe a sintonia corpo e objeto. A disciplina define cada uma das relações que o corpo mantém com o objeto que manipula. Ela estabelece uma cuidadosa engrenagem entre um e outro, para cada manipulação que ocorre sobre o objeto, existe um gesto capacitado a realizá-la. Foucault (2011) apresenta o exemplo de instrução de como um soldado deve manipular, fazer movimentos com seu fuzil e denomina essa ligação corpo-objeto “codificação instrumental do corpo”. Nessa codificação, a atividade é decomposta em gestos que se relacionam simultaneamente com o corpo que os deve produzir e com os objetos que devem sentir seus efeitos.

Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo- alma, corpo-instrumento, corpo-máquina. Estamos inteiramente longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho. A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter do poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção. (FOUCAULT, 2011, p.148).

A disciplina organiza uma economia positiva no uso do tempo, por meio de uma utilização crescente do tempo, procura extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O objetivo é poder tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontre o máximo de eficiência, “isso significa dizer que a engrenagem deve funcionar cada vez mais e melhor.” (FONSECA, 2011, p.66).

A utilização exaustiva do tempo e do corpo, presume uma utilização sempre crescente do tempo e supõe que ele possa ser inesgotavelmente dividido e investido por alguma função, a fim de se conseguir um máximo de eficiência.

O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos de poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais. (FOUCAULT, 2011, p. 149).

Vimos com isso que o poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e celular, mas também natural e orgânica.

2.1.3 A organização das gêneses

Gênese se refere a um conjunto de elementos que contribuíram para a formação ou existência de algo. Para Foucault (2011), a organização das gêneses consiste em um ensino gradativo de um ofício, um ensino por fases; trata-se de uma técnica para a apropriação das existências singulares, para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças, para realizar uma acumulação da duração e para inverter em lucro ou em utilidade sempre aumentados o movimento do tempo que passa. Foucault aponta que essa organização acontece em fases e que a organização militar faz isso com toda a clareza.

“As disciplinas, que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo.” (FOUCAULT, 2011, p.152). Para essa organização das gêneses, deve-se dividir a duração em segmentos, decompor o tempo em sequências, separadas e ajustadas. Foucault dá o exemplo do ensino ao soldado: ensinar sucessivamente a postura, depois a marcha, depois o manejo das armas, depois o tiro, e só passar a uma atividade se a anterior estiver completamente adquirida.

Essas sequências de tempo devem ser gradativas: sucessão de elementos tão simples, combinando-se segundo uma complexidade crescente. Ao final de cada ciclo de ensino, é aplicada uma prova que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as

capacidades de cada indivíduo.

Ainda no contexto militar, deve-se estabelecer séries de séries, prescrever a cada um, de acordo com seu nível, sua antiguidade, seu posto, os exercícios que lhe convêm. É uma polifonia disciplinar dos exercícios:

Os soldados da segunda classe serão treinados todas a manhãs pelos sargentos, cabos, anspeçadas, soldados de primeira classe...os soldados de primeira classe serão treinados todos os domingos pelo chefe da esquadra...; os cabos e os anspeçadas todas as terças-feiras à tarde pelos sargentos de sua companhia, e estes, aos 2, 12 e 22 de cada mês também à tarde, pelos oficiais majores. (*Instruction pour l'exercice de l'infanterie*, 1754, apud FOUCAULT, 2011, p.153)

Ou seja, dentro da hierarquia militar, e dentro de uma lógica de organização do tempo, os mais modernos serão instruídos pelos mais antigos. Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica, organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas, determinando programas que devem se desenrolar cada um durante uma determinada fase, e que são compostos por exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essa séries; é um tempo disciplinar com suas séries múltiplas e progressivas.

Através do exercício, é possível às técnicas disciplinares caraterizarem os indivíduos em função do seu procedimento na série em que estão inseridos. Elas qualificam cada indivíduo a partir de seu rendimento e sua adequação às durações seriais.

A colocação em “série” das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e se conserva o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização. (FOUCAULT, 2011, p.154)

As práticas disciplinares revelam um tempo evolutivo, cujos momentos se integram uns

nos outros. Para Foucault (2011) as disciplinas também fazem a descoberta de uma evolução em termos de gênese. O progresso das sociedades e a gênese dos indivíduos são correlatas das novas técnicas de poder, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, através de recorte segmentar, de seriação, síntese e totalização.

2.1.4 A composição das forças

A disciplina, além de repartir os corpos, extrair e acumular o tempo deles, também compõe forças para obter um aparelho eficiente. Ela deve construir uma máquina cujo efeito seja elevado ao máximo através da articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. Ela realiza uma composição de forças para obter um aparelho com o máximo de eficiência.

Com essa composição, a disciplina consegue extrair toda capacidade de cada indivíduo segmentarizado. O corpo singular se torna um elemento, que se pode colocar, mover, articular com outros formando uma engrenagem, “o corpo se constitui como peça de uma máquina multisegmentar.” (FOUCAULT, 2011, p.158). A exigência sobre cada um reflete sobre todos. O não cumprimento da totalidade de uma exigência compromete todo o sistema, como afirma Fonseca (2011).

Os mecanismos disciplinares presumem que é possível extrair forças de todos os momentos da vida de um indivíduo, desde que esses momentos sejam corretamente diferenciados e combinados com outros. Para que essa extração de forças seja bem sucedida, é necessária a combinação entre ajustar um segmento ao outro e o tempo de uns ao tempo de outros.

Também se faz necessário que sejam dadas ordens claras e precisas. Comandos claros e precisos devem provocar reações definidas e imediatas. Cada comando ordena uma ação específica. Dessa forma, a disciplina consegue um aparelho eficiente e ágil, capaz de corresponder às designações mais sutis.

Exclui despoticamente em tudo a menor representação, e o menor murmúrio: o soldado disciplinado começa a obedecer ao que quer que lhe seja ordenado; sua obediência é pronta e cega; a aparência de indocilidade, o menor atraso seria um crime. (Boussanelle, 1770 apud FOUCAULT, 2011, p.160)

Para resumir as funções disciplinares, Foucault (2011) afirma que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, uma individualidade com quatro características: é celular (através da repartição celular), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo) é combinatória (pela composição das forças). Para que tudo isso ocorra, a disciplina constrói quadros, prescreve manobras, impõe exercícios, organiza táticas. “A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar.” (FOUCAULT, 2011, p. 161)

A realização dessas funções caracteriza a disciplina como um mecanismo estratégico ligado a novas formas de poder emergentes a partir do século XVIII. Conforme Fonseca (2011), para a economia desse novo tipo de poder, chamado poder disciplinar, não são mais interessantes a restrição e a inibição dos objetos e dos indivíduos, nem a manifestação pública de sua força. Interessam agora a incitação e a coerção direcionadas a objetivos definidos e um certo velamento dos próprios procedimentos. O poder disciplinar tem como característica marcante produzir em detrimento de inibir.

2.2 Espaço Escolar, Divisão e Homogeneização dos Corpos e Controle do Tempo

A arquitetura escolar é uma forma de escritura no espaço, ela é a materialização de um discurso que contém variáveis econômicas, políticas e culturais. Ela carrega significações afetivas e culturais, valores de ordem, disciplina e vigilância, além de símbolos estéticos e ideológicos.

Para Foucault, instituições como fábricas, hospitais, escolas e quartéis são locais

geradores de poder disciplinar, então uma escola que é ao mesmo tempo um quartel traz fortemente essa característica através de sua arquitetura - distribuição das salas, suas portas com vidros e disposição das carteiras (em fileiras duplas ou triplas) - facilitadores do controle e vigilância. Do vidro da porta é possível ver o que acontece dentro da sala e a disposição das carteiras em grupos é para o aluno aprender a trabalhar em grupo e também para que uns vigiem os outros – o controle acontece por parte dos superiores mas também dos pares.

A disciplina é uma tecnologia política dos corpos e funciona através do controle sobre os corpos, que devem ser analisados e fragmentados. No contexto da escola militar, o internato permite o controle total sobre os corpos. Durante o período de adaptação, o internato é total, ou seja, não é permitida a saída a rua; quando são alunos, as saídas acontecem a partir do meio dia de sábado com retorno previsto até as vinte e três horas do domingo.

Os alunos, quando ainda são candidatos (durante o período de adaptação) são identificados através de um número e sua distribuição espacial se dá ao serem divididos em pelotões, de acordo com a classificação no concurso de admissão, ao receberem material, fardamento, armário e cama (as camas são separadas apenas por armários, não há divisórias o que facilita o controle sobre os corpos). O processo de constituição do sujeito militar se dá, nesse período, tendo que adotar um corte de cabelo padrão e usarem o mesmo tipo de roupa: calça jeans, camiseta branca, tênis preto.



Figura 1. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br



Figura 2. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br



Figura 3. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

Essa padronização já faz com que os candidatos entrem na ordem discursiva do sujeito militar e sejam disciplinados. O controle sobre os corpos é minucioso, e para que funcione, a distribuição espacial é fundamental; eles são divididos em pelotões, e a cada grupo de cinco pelotões, eles formam uma companhia. Três companhias formam o grupamento denominado corpo de alunos.

A administração e controle do tempo também é uma ferramenta importante do poder disciplinar. O tempo não deve ser desperdiçado. O ócio, momento e lugar das tentações, é constantemente combatido pela ininterrupta sequência de ocupações prescritas na meticulosa divisão temporal. A prudente utilização do tempo é uma constante, o tempo do aluno é ocupado com ações muito bem vigiadas e muito bem determinadas. Ele segue a seguinte rotina:

05:50 – alvorada

06:20 às 06:40 – café da manhã (1)

06:50 – formatura matinal

07:30 às 11:30 – aulas

11:40 – almoço (2)

12:45 – formatura nas companhias de alunos

13:30 às 15: 20 – aulas

15:40 – treinamento físico militar

18:15 – jantar (3)

19:00 – revista do recolher

19:30 às 21:00 – tempo de estudo individual

22:00 – toque de silêncio

(1) – 1º toque 06:15, 2º toque 06:18, 3º toque 06:20

(2) – 1º toque 11:35, 2º toque 11:38, 3º toque 11:40

(3) – 1º toque 18:10, 2º toque 18:13, 3º toque 18:15

De acordo com as normas gerais de ação da escola (NGA), ao final do toque de alvorada, todos os alunos deverão estar de pé. Em relação às refeições, os alunos entram no refeitório, chamado de “rancho”, em forma. Essa entrada é comandada por meio de toques de corneta, a divisão dos toques em 1º, 2º e 3º significa, respectivamente: ao final do primeiro toque, todos os alunos devem estar em forma no pátio, dentro de seu respectivo grupamento (nível companhia) e na posição “à vontade”; ao final do segundo toque, todos devem estar em silêncio, na posição de “descansar” e aguardam a ordem para darem o brado da companhia, ao final do terceiro toque, começam a marchar em direção à entrada do refeitório. A entrada no refeitório deve ser feita em silêncio e os alunos devem se dirigir para as mesas previamente distribuídas – existem lugares certos para cada companhia ocupar. Em cada mesa há um chefe responsável por observar a disciplina da mesa. E os alunos só podem comer depois que o oficial que está dentro do refeitório autorizar. Mais uma vez nota-se a presença da distribuição dos corpos e controle dos mesmos para que o disciplinamento aconteça.

O tempo é minuciosamente dividido a fim de torná-lo útil e econômico; ele não deve ser desperdiçado, sua detalhada segmentação está vinculada ao seu ininterrupto preenchimento. Estas

sequências ininterruptas apontam para uma economia crescente do tempo. Ordenando as multiplicidades, a disciplinarização torna válido, rentável e útil o tempo singularizado. Cumprir as atividades dentro do tempo estabelecido, assimilar o tempo institucional indica um efeito do poder disciplinar. O dia deixa de ser dividido em manhã, tarde e noite, mas em horas, minutos e segundos, prenunciados no plano geral e cotidianamente anunciados e lembrados por uma eficiente convenção de toques e ordens que demarcam o tempo, o lugar e a atividade a ser executada.

A repetição cotidiana das atividades sob a onipresença reguladora que unifica as temporalidades não apenas possibilita a internalização de hábitos, valores, posturas e atitudes requeridas, como dota o conjunto dessas temporalidades de uma eficiência única.

2.3 Instrumentos Disciplinares

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (FOUCAULT, 2011, p.164).

As funções disciplinares discutidas na seção anterior se realizam por instrumentos disciplinares. O poder disciplinar “adestra” os corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício, afirma Foucault (2011). O sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico: o exame.

2.3.1 A vigilância hierárquica

O mecanismo disciplinar atua sobre todo o momento de desenvolvimento das ações, portanto ele necessita de um instrumento essencial de observação constante. Essa observação que tudo deve ver a fim de induzir a efeitos de poder, Foucault a denominou vigilância. Segundo Foucault (2011), é um dispositivo que obriga pelo jogo do olhar, um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

São verdadeiros observatórios onde nenhuma atitude deve permanecer em segredo, nada deve ficar oculto aos “olhos” da vigilância. Esses observatórios seguem um modelo ideal, segundo Foucault (2011), que é o acampamento militar – uma cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é um ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discricção, por se exercer sobre homens de armas. Nesse acampamento todo o poder é exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata, e cada olhar é uma peça no funcionamento global do poder.

Mas não é apenas no meio militar que essa vigilância é empregada. Ela também é utilizada por hospitais, escolas, prisões, cidades operárias. De acordo com Fonseca (2011), o uso da vigilância está sempre relacionada, em sua especificidade, ao tipo de instituição a que está vinculada, instituições essas que coincidem em privilegiar a vigilância como estratégia, utilizando principalmente a vigilância hierarquizada.

Por intermédio desse mecanismo, os estratos hierárquicos inferiores seriam observados por seus superiores diretos e assim sucessivamente. A sequência de observação culminaria com o estrato mais alto, para o qual o interesse de conhecimento e controle de todos os que são observados é, sem dúvida, maior. Ao mesmo tempo que esse mecanismo garante uma intensidade nas formas de conhecimento e controle, garante também uma maior discricção. Isso pelo fato de não necessitar criar um lugar específico para a vigilância e para o controle dos indivíduos, mas utilizar os lugares já ocupados por eles. É assim que se consegue uma maior intensidade em suas realizações, aliada a uma maior discricção. (FONSECA, 2011, p.55).

Para concretizar todo esse processo, é desenvolvida uma arquitetura que Foucault acena como idealizada a partir da preocupação com a vigilância, e que visa permitir um controle interior, a fim de que sejam visíveis os que nela se encontram e não tanto produzir efeitos voltados para o espaço exterior. Todos os que estão dentro de sua estrutura estarão expostos a uma observação e a um conhecimento constantes.

Assim é possível, a partir das técnicas disciplinares, conseguir um mapeamento completo de comportamentos e atitudes necessárias à forma de sujeição e utilização pretendida por essas técnicas. “A vigilância como instrumento da disciplina tem como objetivo capacitar o olhar do aparelho disciplinar a uma visão total e permanente. E esse aparelho seria tanto mais perfeito quanto mais e melhor conseguisse realizar essa capacitação.” (FONSECA, 2011, p.56).

A vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.

Foucault traz um exemplo de vigilância em uma escola paroquial, usada com o intuito de otimizar o funcionamento da sala, cuidar para que todos façam as tarefas e para que haja organização. Assim o mestre escolhe os melhores alunos para lhe ajudar, distribuindo funções que são divididas entre tarefas materiais e fiscalização:

Os “observadores” devem anotar quem sai do banco, quem conversa, quem não tem o terço, ou o livro de orações, quem se comporta mal na missa, quem comete alguma imodéstia, conversa ou grita na rua; os “admonitores” estão encarregados de “tomar conta dos que falam ou fazem zunzum ao estudar as lições, dos que não escrevem ou brincam”; os “visitadores” vão se informar, nas famílias, sobre os alunos que estiveram ausentes ou cometeram faltas graves. Quanto aos “intendentes”, fiscalizam todos os outros oficiais. Só os “repetidores” têm um papel pedagógico: têm que fazer os alunos ler dois a dois, em voz baixa. (M.I.D.B., 1669, apud FOUCAULT, 2011, p.169).

A vigilância hierarquizada organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo, segundo Foucault (2011), pois age sobre indivíduos e seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas de certa forma, também de baixo para cima e lateralmente. Essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros:

fiscais que são fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas funciona como uma máquina. Apesar de sua organização piramidal lhe atribuir um “chefe”, é o aparelho como um todo que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo.

A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico”. (FOUCAULT, 2011. p170-171).

2.3.2 A sanção normalizadora

A sanção normalizadora pode ser entendida como um conjunto de procedimentos punitivos relacionados a uma infinidade de pequenas atitudes e comportamentos, que escapam ao controle dos grandes sistemas de punição, ela está ligada a uma forma de vigilância que permite conhecer os menores atos, as menores condutas e os comportamentos mais sutis que ocorrem em qualquer lugar de aplicação da tecnologia disciplinar.

Segundo Foucault (2011), a sanção normalizadora possui leis próprias, delitos especificados, formas particulares de sanção, instâncias de julgamento. Em instituições como escola, oficina e exército, ela é aplicada quando há “transgressões” relacionadas ao tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), a maneiras de se expressar e manifestar (desatenção, negligência, falta de zelo), a formas de pronunciamento de discursos (tagarelice, insolência), à maneira de ser (grosseria, desobediência), a formas de se usar o corpo e a sexualidade (imodéstia, indecência), em suma, “...os gestos considerados não conformes às atitudes esperadas pela instância que vigia (...) atitudes que não deixam de ser significativas para os procedimentos disciplinares (...) é sobre essas atitudes sutis que eles incidem por meio do instrumento da sanção normalizadora.” (FONSECA, 2011, p.58).

A sanção normalizadora emprega formas sutis e singulares de punição. Os efeitos que consegue estão ligados tanto aos objetos de sua punição quanto às formas como ela se dá. O alvo da penalidade disciplinar é tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios, aponta Foucault (2011). A sanção busca, então, reduzir os desvios, através de métodos corretivos, privilegia as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, repetidos. O castigo é uma forma de exercício, é o exercício da própria observância da regra.

A repetição das atitudes ou comportamentos conformes à regra teria a dupla função de servir de castigo a atitudes e comportamentos identificados como desviantes, e, ao mesmo tempo, exercitar a prática daquilo que estaria de acordo com a regra. O castigo caracteriza-se, portanto, como um corretivo que visa redirecionar, ou seja, um exercício, e não uma prática de vingança ou de demonstração de força de um poder ou de uma legislação infringida. (FONSECA, 2011, p.59).

As punições disciplinares estabelecem um sistema de recompensas com vistas a classificar condutas, uma vez que seu objetivo é o de realizar um treinamento das condutas para torná-las cada vez mais conformes às regras. A aplicação de uma sanção com o intuito de adequar comportamentos desviantes, atuando juntamente com um mecanismo de recompensas permite não só a adequação como também um conhecimento das índoles e valores, ou seja, ao mesmo tempo que ela redireciona comportamentos, também os qualifica. “...todo o comportamento cai no campo das boas e das más notas, dos bons e maus pontos. (...) graças ao cálculo (...) das notas a mais ou a menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os 'bons' e os 'maus' indivíduos.” (FOUCAULT, 2011. p.173-174).

De acordo com Fonseca (2011), através desse sistema de sanção e gratificação, a punição disciplinar consegue ser analítica. E quanto mais analítica, melhor poderá ser a normalização que visa realizar, logo, a normalização possui um caráter particular e individual. Assim a disciplina tem a capacidade de diferenciar, hierarquizar e classificar não somente os comportamentos e atitudes, mas também os indivíduos, em função de suas índoles, sua natureza, seus valores.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a

expição, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. (...) A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*. (FOUCAULT, 2011, p.175-176).

O poder da norma surge por meio das disciplinas; a normalização é o resultado de técnicas de sanções voltadas para uma operacionalidade. Ela almeja standardizar, classificar e qualificar os atos e comportamentos sutis, obriga à escolha entre valores, permitindo a diferenciação dos indivíduos e a mensuração de sua natureza e capacidade. Traça um limite entre os que estão de acordo com a normalidade que estabelece e os que não estão.

A regulamentação dentro da norma leva à homogeneização, mas carrega em si um papel de classificação, hierarquização e distribuição de lugares. Mas ao mesmo tempo a regulamentação individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Segundo Foucault (2011), o poder da norma funciona dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

A sanção normalizadora é um instrumento decisivo do mecanismo disciplinar. Ela permite uma utilização real de todos os elementos conseguidos pela vigilância, de tal forma que, incidindo sobre a esfera do individual, consiga efeitos comuns no sentido de uma normalização. Não faz com que todos sejam iguais, mas sim que todos se pareçam, ao redor de um padrão de normalidade. (FONSECA, 2011, p.60).

2.3.3 O exame

O exame resulta da combinação entre os processos de vigilância e os de sanção normalizadora. Com o exame é possível qualificar, classificar e punir. Permite que os indivíduos

sejam observados e então diferenciados e sancionados. Nele estão reunidas a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. “No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível.” (FOUCAULT, 2011, p.177).

Foucault relaciona três procedimentos que permitem ao exame desempenhar um papel essencial na disciplina. No primeiro deles o exame realiza uma inversão de visibilidade no exercício do poder. Segundo Fonseca (2011), os mecanismos disciplinares, através do exame, invertem o sentido da visibilidade. Agora são as relações de poder que devem permanecer ocultas, o que não significa que não devam deixar de atuar, mas sim de aparecer. Os indivíduos é que são objetos de visibilidade. “O poder disciplinar (...) se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória.” (FOUCAULT, 2011, p.179).

Os indivíduos outrora esquecidos passam a ser o alvo de toda visibilidade e manifestação. O estado de constante possibilidade de ser observados é que garante sua sujeição. A única manifestação do poder disciplinar é o olhar atento, hierarquizado e permanente, a fim de extrair, por um mecanismo de objetivação, toda informação daqueles que agora são o objeto privilegiado das manifestações. (FONSECA, 2011, p.61).

No segundo procedimento, o exame produz documentos, uma rede de anotações escritas sobre os indivíduos sobre os quais atua. Toda extração conseguida pelo exame é registrada e documentada e nenhum detalhe é perdido. “Um 'poder de escrita' é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina.” (FOUCAULT, 2011, p.181).

A vigilância detalhada e permanente consegue extrair um grande número de informações sobre o vigiado: seus hábitos, suas reações. Os atos mais sutis não permanecem ocultos. A fim de que todo esse material coletado não seja perdido e dessa forma possa ser utilizado pelas estratégias disciplinares, há a necessidade de transformá-lo em documento a ser pesquisado e analisado quando necessário e que possa ser arquivado se não estiver em uso. O importante é que não se perca o conjunto de informações que carrega. A vigilância capta as individualidades em seus comportamentos mais sutis, mas não as mantém. É o

procedimento do exame que registra que consegue manter, uma vez documentadas, as individualidades em todas as suas manifestações. (FONSECA, 2011, p.61).

Essas anotações permitem a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, a fim de manter sua individualidade, seus traços singulares, mantê-lo em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente. Isso permite, segundo Foucault (2011), ao mecanismo disciplinar uma utilização praticamente personalizada de cada indivíduo, almejando uma normalização que não representa a uniformização das individualidades, mas a sua adequação a um dispositivo.

O terceiro e último procedimento faz com que cada indivíduo seja transformado em um caso. O indivíduo passa a ser uma peça de um dispositivo estratégico que permite uma série de utilizações. “(...) é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” (FOUCAULT, 2011, p.183). Assim a individualidade é um objeto de descrição e documentação que pode ser controlada e dominada a partir de um processo constante de objetivação e sujeição.

O exame como fixação ao mesmo tempo ritual e “científica” das diferenças individuais, como aposição de cada um à sua própria singularidade (em oposição à cerimônia onde se manifestam os *status*, os nascimentos, os privilégios, as funções, como todo o brilho de suas marcas) indica bem a aparição de uma nova modalidade de poder em que cada um recebe como *status* sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às “notas” que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um “caso”. (FOUCAULT, 2011, p.183).

Para finalizar, o exame é elemento central nos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder. O exame, juntamente com a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, realiza as funções disciplinares de repartir, classificar, extrair o máximo das forças e do tempo, compor aptidões.

O poder disciplinar tem a capacidade de produzir realidades, campos de objetos e rituais da verdade. Essa produção dá origem ao indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter, logo

podemos afirmar que o poder é algo positivo, ele não exclui, não reprime, não recalca, não censura e nem esconde.

2.4 O Panóptico

O panóptico de Bentham talvez seja a figura arquitetural mais expressiva e completa do mecanismo de vigilância e de sua forma de atuação, ao mesmo tempo sutil e abrangente. Sua arquitetura consegue materializar a funcionalidade das estratégias disciplinares, especialmente a vigilância. Sua construção é em forma de anel, no centro uma torre vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre, outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar, como exemplificou Foucault (2011).

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente, é um sistema ao mesmo tempo simples e complexo de vigilância. Cada indivíduo trancado nas celas pode ser vigiado permanentemente e tem consciência disso. “É visto mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação (...) e é essa a garantia da ordem.” (FOUCAULT, 2011, p.190). O seu efeito mais importante é induzir no indivíduo uma percepção consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

Esse dispositivo faz com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo quando é descontínua em sua ação. Ele é uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce. “É isso que garante um funcionamento automático da vigilância. Ela seria sentida permanentemente quanto aos seus efeitos, sem necessariamente estar ocorrendo a todo instante. Daí o sujeito observado tornar-se seu próprio guardião.” (FONSECA,

2011, p.57). É um dispositivo importante pois automatiza e desindividualiza o poder.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação. (FOUCAULT, 2011, p.192).

Devido a seu mecanismo de observação, o dispositivo tem eficiência e capacidade de penetrar no comportamento dos homens.” ...[a vigilância] transfere a necessidade de qualquer limitação sobre o vigiado para ele mesmo. Cabe ao próprio indivíduo aplicar sobre si o que tiver de ser aplicado....o indivíduo vigiado é que se transforma no princípio de sua própria sujeição.” (FONSECA, 2011, p.57).

Cabe ressaltar que o panóptico deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens. Como afirmou Foucault (2011), o panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal. Tem diversas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. “Ele é [ressalvadas as modificações necessárias] aplicável a todos os estabelecimentos onde, nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas.” (Bentham, 1843 apud FOUCAULT, 2011, 195).

Através do panóptico é possível localizar o corpo no espaço, repartir os indivíduos, organizar a hierarquia, administrar com eficácia o núcleo central e as redes de poder. O panóptico é uma tecnologia de individualização dos grupos que pode ser aplicada onde quer que seja necessário assujeitar os indivíduos e a população a uma grade que os torne produtivos e observáveis.

A tecnologia do panóptico percebe, permite e resume a tendência do poder de ser difuso,

relacional, anônimo e ao mesmo tempo totalizador das diversas dimensões da vida social. Ele constitui o modelo exemplar do poder disciplinar, o modelo de um ritual meticuloso de poder que, através do seu funcionamento, estabelece o lugar onde uma tecnologia política do corpo pode funcionar.

2.5 O Aluno e as Normas

Após o período de adaptação, que se encerra com uma cerimônia militar que marca a entrada oficial na escola e a efetiva matrícula no curso, o candidato passa a se chamar “aluno”. Aos alunos são apresentadas normas que devem ser seguidas rigorosamente, passíveis de punição caso não sejam cumpridas. Aqui estão presentes as práticas disciplinares que vão forjar esse sujeito militar.

Vejamos agora um pouco da rotina do aluno e suas obrigações dentro do ambiente escolar-militar:

Como vivem em coletividade e em regime de internato, são estabelecidas regras para o bom funcionamento dessa convivência. Não existe um serviço terceirizado de faxina, os alunos são responsáveis por essa tarefa. Destacamos as normas para utilização e manutenção dos banheiros – em média são 15 pias, 15 vasos sanitários, 15 mictórios, 20 chuveiros para um efetivo de 150 alunos, também é no banheiro que os alunos estendem as roupas lavadas. Os alunos são responsáveis pela correta higienização dos mictórios e vasos sanitários; limpam os vidros, pias, azulejos e recolhem o lixo; todas as roupas, toalhas, calçados e acessórios que os alunos deixam secando nos varais devem estar identificados com um pregador de madeira, contendo o número do aluno; as toalhas devem ser penduradas nos toalheiros e devem estar limpas e identificadas, devem ser dobradas ao meio, com a dobra (partes unidas) voltada para a retaguarda do banheiro e com um pregador com o número e nome do aluno.

O alojamento onde dormem é dividido por setores. Os alunos têm, além da cama, um armário e uma cadeira. Existe um tipo de arrumação de cama para cada dia da semana. A cama

deve estar sempre limpa; todo material deve permanecer dentro do armário que deve ser trancado com cadeado. Durante o expediente as janelas devem ficar fechadas, as luzes apagadas e as cadeiras alinhadas; o material de limpeza dos setores deve estar dentro do seu respectivo balde, sendo que a vassoura deverá estar com sua base voltada para cima e com cerdas limpas; a faxina dos setores deve ser feita diariamente com zelo e afinco. O aluno chefe do setor é responsável pela escala da faxina, pelo material do setor e pela fiscalização, e o faxineiro de dia, pela faxina. Se esta não for bem feita, o chefe também será responsabilizado. Após as 22 horas, deve haver disciplina de luzes e ruídos. São proibidos barulhos (sons, conversas, aparelhos que emitam ruídos) e as luzes devem ser apagadas, somente sendo permitido o uso individual de lanternas.

Sempre que os alunos se deslocam (para a sala de aula, para as instruções, para a realização de atividades físicas, enfim, sempre que há deslocamento) devem fazê-lo em forma e em silêncio, sempre conduzidos por um aluno que está na função de comando. Esse aluno, chamado de adjunto de pelotão/chefe de turma, apresenta a turma ao professor (civil ou militar) e solicita permissão para entrar com a turma no interior da sala. Todos colocam a pasta sobre a mesa e tomam a posição de descansar. O chefe de turma apresenta a turma com ou sem faltas, informando ao professor o motivo das mesmas. O aluno deve preencher diariamente o formulário de notificação de faltas corretamente e apanhar as respectivas assinaturas do instrutor/professor ao final da aula.

Com relação ao uniforme, o uso correto do mesmo é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e do bom conceito da Instituição perante a opinião pública. É obrigação de todo militar zelar pelo seu uniforme, portanto, o aluno deverá sempre primar por sua apresentação individual, tendo sua farda bem passada, cabelo cortado, barba feita e o coturno diariamente engraxado. Há inspeção diária desses aspectos. O cabelo deve ser cortado no prazo máximo de 10 dias.

O uso de trajes civis dentro da escola restringe-se aos horários fora do expediente. Os alunos podem sair da escola e nela ingressar, quando autorizados, utilizando-se de trajes civis, a qualquer hora, apenas no trajeto entre a subunidade e o portão de entrada. É vedado o uso dos seguintes trajes e calçados em um raio de 1 km da escola: bermudas e shorts, chinelos de qualquer tipo, camisas ou camisetas sem mangas, roupas de banho mesmo que cobertas com

saídas de banho e bonés.

A conduta do aluno fora da escola também é alvo de observação, disciplinamento e normalização. Quando é feito o transporte em viaturas militares, o aluno deve permanecer em silêncio e não manter contato com pedestres e motoristas. É proibido qualquer tipo de manifestação coletiva; não deve ser jogado lixo pela janela nas vias públicas, cabendo ao militar reunir o lixo e jogá-lo em lugar apropriado quando chegar ao destino.

Esses são apenas alguns exemplos de normas a que estão sujeitos os alunos. A disciplina se faz presente nos mínimos detalhes, em todo e cada ato e nas normas estabelecidas, a vigilância é feita a todo momento por superiores hierárquicos – pode ser um oficial, um professor ou um sargento; o panóptico se faz presente dentro e fora da escola, quer seja num ambiente militar ou civil. O exame é realizado a todo instante e os comportamentos e ações dos alunos são registrados na Ficha Registro para o Acompanhamento do Discente (FRAD), todo aluno possui uma. Os registros de observações podem ser classificados como “comentário” ou “disciplinar” e podem ser tanto positivos como negativos.

Caso sejam observações negativas, é gerado um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) que o aluno recebe, sendo notificado de sua transgressão disciplinar. É um documento que traz os dados do aluno notificado e da pessoa que o advertiu, além de uma breve descrição da transgressão.

O aluno que a recebe deve justificar o ocorrido. Caso não tenha justificativa, deverá escrever “não há justificativa”, e devolver o FATD ao comandante de pelotão em, no máximo, três dias úteis. O comandante de pelotão informará o caso ao comandante da companhia, que o julgará, de acordo com as razões de defesa, se o aluno deverá ou não ser punido. Os militares punidos são inspecionados diariamente.

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

O exame é feito no momento do julgamento da transgressão, que deve ser precedido de análise que considere: a pessoa do transgressor; as causas que a determinaram; a natureza dos

fatos ou atos que a envolveram e as consequências que dela possam advir. No julgamento da transgressão, podem ser levantadas causas que justifiquem a falta ou circunstâncias que a atenuem ou a agravem.

A sanção normalizadora aparece na figura da punição disciplinar cujo objetivo é a preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence. Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são, em ordem de gravidade crescente: advertência; impedimento disciplinar; repreensão; detenção disciplinar; prisão disciplinar e o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina.

O aluno preso disciplinarmente continua participando das atividades escolares e fazendo suas refeições junto aos demais. No entanto, o mesmo deve ser recolhido para a prisão durante os horários livres e logo após o jantar. Mais de duas prisões em um ano gera a exclusão a bem da disciplina.

O processo disciplinar e de observação é tão forte e marcante nos alunos – a recorrência ao dizer, nos depoimentos, que se tornou “mais disciplinado” demonstra isso – que, ao realizarem as provas semestrais, são necessários apenas de cinco a seis fiscais para tomarem conta dos 520 alunos. A disciplina consciente, a vontade de querer estar lá e não correr o risco de ser punido por causa de alguma transgressão faz com que as provas transcorram sem problemas, como demonstra a foto a seguir.



Figura 4. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

Em suma, os alunos são objetivados, disciplinados para se tornarem dóceis e úteis. São observados e vigiados 24 horas por dia, 7 dias na semana, para que se tornem o sujeito-militar que almejam ser. Para isso devem seguir e obedecer as regras minuciosamente, pois seus atos, positivos ou negativos, serão registrados em suas fichas e farão parte da constituição do sujeito.

3 PRÁTICAS DE GOVERNAMENTO E A CONDUÇÃO DO SUJEITO

Nos cursos ministrados no final da década de 1970, Foucault faz uma analítica do poder, porém, a partir de uma ótica diferente do que vinha realizando nos anos anteriores. No curso ministrado no *Collège de France*, nos anos de 1977-1978, intitulado *Segurança, Território e População*, Foucault apresenta novas ferramentas analíticas com as quais se pode compreender não apenas mais refinadamente, mas, sobretudo, de outras maneiras, a racionalidade política implicada nas amplas, profundas e rápidas transformações sociais que estamos vivendo nas últimas décadas. Segundo Veiga-Neto e Traversini (2009), com a publicação desse curso, além de outros que Foucault ministrou à mesma época, foi possível entender o recuo histórico e o correlativo deslocamento temático que o filósofo efetuou ao entrar no terceiro domínio de sua obra – o ser-consigo. Tal recuo e tal deslocamento parecem necessários à medida que mais e mais Foucault se interessava pelas práticas de governo na Modernidade.

A sua tematização em torno das práticas e dos saberes do governo moderno – de que o conceito de governamentalidade é a ferramenta mais importante que ele criou -, por si só não foi capaz de dar conta para descrever e explicar por que e como governamos os outros e nos governamos a nós mesmos. Foi necessário um exercício genealógico cujo fôlego e cuja abrangência histórica ultrapassou bastante o que até então ele havia feito.

Veiga-Neto e Traversini (2009) jocosamente dizem que entre o segundo e o terceiro Foucault, há um *Foucault de transição* ou *Foucault dois e meio*, cuja marca maior é o conceito de governamentalidade. É uma ponte cujos alicerces apoiam-se nas coisas do governo. Foucault percebeu que essas coisas do governo funcionavam bem para descrever, examinar, analisar e problematizar outros modos pelos quais alguém se torna um sujeito; outros modos que não somente aqueles que ele próprio havia tematizado até então, fosse arqueologicamente – no domínio do ser-saber -, fosse genealologicamente – no domínio ser-poder-disciplinar e do ser-biopoder.

Mota (2010) afirma que a análise do poder que Foucault realiza nesses estudos da década de 70, está muito mais interessada no desenvolvimento das racionalidades governamentais, e, por isso, das tecnologias a elas relacionadas. Foi no quase esgotamento dos seus estudos acerca dos processos de governo, enquanto condução das condutas alheias – que objetificam aqueles que são conduzidos -, que o filósofo se lançou ao estudo dos modos pelos quais um ser humano torna-se um sujeito.

Dentre todas as ferramentas conceituais desse *Foucault de transição* – desse *Foucault dois e meio*, talvez a mais produtiva e inovadora seja mesmo a governamentalidade. De acordo com Aquino e Ribeiro (2009), Jorge Ramos do Ó (2007) aponta que, por meio do conceito de governamentalidade, torna-se possível uma apreensão das relações de poder tanto no plano individual, quanto na trama social. O que está em pauta é a gestão das populações como objetivo das tecnologias de poder, por meio das dinâmicas tanto de individualização quanto de totalização, sendo as duas correspondentes a um único e mesmo processo de governo. O conceito de governamentalidade passa a figurar como uma espécie de dobradiça articuladora dos domínios ser-poder e do ser-consigo. De uma forma resumida e simplificada:

Em seu significado geral, a governamentalidade identifica uma abordagem no sentido do pensar sobre o Estado e as diferentes mentalidades do governo. Como sugerem os títulos das aulas no *Collège de France* (1977-1979), inicialmente Foucault estabelece a tarefa de redelinear a mudança no olhar governamental – no início da Modernidade, nos Estados da Europa ocidental -: dos problemas do território para os problemas da população, da administração dos recursos para a administração do poder sobre a vida (ou seja, o biopoder), das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população. (...) Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas. Portanto, a governamentalidade enquanto conceito identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado). (Fimyar, 2008 apud VEIGA-NETO e TRAVERSINI, 2009, p.16).

Em termos gerais, por governamentalidade Foucault entende o seguinte:

(...)o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Foucault (2008) afirma em seu curso que uma das grandes economias de poder no Ocidente foi o Estado de governo que não é essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com o território no qual ela se estende. Esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.

O filósofo procura mostrar como a governamentalidade se instaurou, como ela nasceu primeiramente através de um modelo arcaico, o da pastoral cristã; em seguida apoiando-se numa técnica diplomático-militar e por fim, como essa governamentalidade só pôde adquirir as dimensões que tem hoje através de uma série de instrumentos bem particulares, cuja formação é precisamente contemporânea da arte de governar, e que é chamada de polícia, no sentido do termo que é atribuído nos séculos XVII e XVIII. “A pastoral, a nova técnica diplomático-militar e, enfim, a polícia – creio que foram esses os três grandes pontos de apoio a partir dos quais pôde se produzir esse fenômeno fundamental na história do Ocidente, a governamentalização do Estado.” (FOUCAULT, 2008, p.146). Para o presente estudo tem maior relevância o primeiro ponto de apoio que deu origem à noção de governamentalidade, ou seja, a pastoral.

3.1 A Pastoral

Foucault procura discutir qual é o tipo de poder que a noção de governar abarca, supondo que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, não seja a mesma coisa que reinar, comandar, fazer a lei, dentre outras coisas. Ele tem como objetivo abordar o problema do Estado e da população através da governamentalidade, uma tecnologia de poder que possibilitou mudanças, o desenvolvimento e o funcionamento do Estado.

(...) Não digo que o Estado nasceu da arte de governar, nem que as técnicas de governo dos homens nascem no século XVII. O Estado, como conjunto das instituições da soberania, existia havia milênios. As técnicas de governo dos homens também eram mais que milenares. Mas foi a partir de uma nova tecnologia geral [de] governo dos homens que o Estado adquiriu a forma que conhecemos. (FOUCAULT, 2008, p.162).

Foucault (2008) aponta para o fato de que a palavra governar só adquire o sentido político, o sentido estatal a partir do século XVI. Antes disso, a palavra abrange significados diversos, podendo se referir, por exemplo, ao deslocamento no espaço, ao movimento, à subsistência material, à alimentação, aos cuidados dispensados a um indivíduo, ao exercício de mando, ao controle exercido sobre si mesmo e sobre os outros, ao comércio. Apesar dessa diversidade semântica, Foucault (2008) destaca que há algo que aparece através de todos os sentidos que são atribuídos: que nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Os homens é que são governados, afirma Foucault (2008). Esse governo dos indivíduos, dos homens ou coletividades tem por fundamento o poder pastoral.

O tratamento pastoral do homem na civilização ocidental possui uma vasta história. Idealizado de forma poética, o pastor ocupa um grande espaço seja na literatura religiosa ou política dos hebreus, assírios, egípcios e outros povos do Mediterrâneo. Segundo Santos (2010), o pastor é o líder/governante que estabelece com a divindade uma espécie de contrato de representação que lhe dá o direito de ser o representante direto das vontades do deus-pastor entre

os homens. Detentor de total poder de comando sobre as ovelhas e suas vontades, o pastor-rei pode administrar o curral como lhe aprouver, desde que o rebanho tenha o mais alto tratamento e o maior cuidado possível.

Em uma de suas obras, Foucault discorre sobre as particularidades do poder pastoral, e em certo momento afirma que “o rebanho existe pela presença imediata e pela ação direta do pastor”. (FOUCAULT, 1994 apud SANTOS, 2010, p.73). Com essa afirmação, Foucault apresenta de modo direto a estreita vinculação existente entre os dois personagens necessários para que o teatro do poder pastoral possa acontecer. É necessário que exista um pastor que esteja sempre presente e atuante junto ao rebanho para que esse último possa existir. Assim também a existência do pastor requer um rebanho para ser conduzido. Relação de necessidade e correspondência que possibilita a aplicação e permanência do poder pastoral.

O tema do pastorado foi muito usado entre os povos das sociedades orientais antigas, desde os assírios e babilônios passando pelos egípcios, segundo Santos (2010). Em uma relação de transferência, quer seja de funções ou de papéis, algumas sociedades antigas passaram a ver nos dirigentes políticos, governantes ou reis atribuições referentes ao cuidado para com o bem-estar do rebanho-povo que antes eram conferidas apenas a seus deuses. Diferente de outras modalidades de governo dos povos, a atividade pastoral possui algumas peculiaridades, segundo Foucault, que serão exploradas a seguir.

3.1.1 Características do poder pastoral

Com o intuito de diferenciar o poder de governo típico dos gregos e romanos do poder pastoral, Foucault, em seu curso *Segurança, Território, População*, apresenta alguns traços específicos da ação de governo realizada pelo pastor-governante sobre o rebanho-povo. Esses traços são: o objeto específico de sua ação, a qualidade essencial deste poder, a finalidade de sua aplicação, a figura central de seu funcionamento e a maneira como deve ser exercido.

O pastorado é um tipo de relação fundamental entre Deus e os homens, é um poder de tipo

religioso que tem seu princípio, seu fundamento, sua perfeição no poder que Deus exerce sobre o povo. O objeto especial sobre o qual o pastor dirige sua atenção não é a cidade com seus limites territoriais e lateralmente os indivíduos que nela habitam. O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, “mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro.” (FOUCAULT, 2008, 168). O rebanho/povo precisa de alimentação e descanso, o pastor/governante o conduz até onde possa encontrar. Seu poder está em determinar para o rebanho por onde deve andar. O poder do pastor “se exerce sobre uma multiplicidade em movimento.” (FOUCAULT, 2008, 169).

Sobre a qualidade essencial do poder pastoral pode-se dizer que ele é um poder benfazejo, o que significa que ele coloca como princípio fundamental para o governante, quase como função, destino e justificação fazer o bem, pois seu objetivo essencial é a salvação do rebanho. O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem. Para Foucault, o poder pastoral é “inteiramente definido por seu bem-fazer, ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem.” (FOUCAULT, 2008, 170).

Salvar o rebanho/povo é o traço que se constitui em objetivo fundamental do poder pastoral. Foucault aponta que o poder pastoral é essencialmente um poder de cuidado que se

manifesta num dever, numa tarefa de sustento, de modo que a forma (...) que o poder pastoral adquire não é, inicialmente, a manifestação fulgurante da sua força e da sua superioridade. O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita. (FOUCAULT, 2008, p.170-171).

O pastor cuida do rebanho, cuida dos indivíduos do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas. O pastor também é aquele que zela, zela no sentido de vigilância a propósito de tudo o que pode acontecer de nefasto. Ele vai zelar pelo rebanho, afastar a desgraça que pode ameaçar qualquer animal do rebanho. Vai zelar para que as coisas corram o melhor possível para cada um dos animais do rebanho.

O personagem central do funcionamento do poder pastoral é o pastor. Como figura central

o pastor tem algumas funções que somente a ele competem, como: reunir, proteger, e guiar seu rebanho cuidando para que nenhum perigo caia sobre ele. Apesar de sua centralidade, existe uma relação de dependência entre pastor e rebanho. Santos (2010) aponta que só pode existir um rebanho e um poder que emanaria dele, na medida em que existe um pastor para uni-lo e conduzi-lo. Sem o pastor as ovelhas se perdem e, logo, não possuem potência alguma, deixando de ser um rebanho, ou um povo. Da mesma forma, a existência do pastor se justifica através da existência de um rebanho que requer cuidados. O pastor, por ter sido designado pela divindade ou por ser o próprio Deus, sabe qual é a natureza, e o destino, de seu rebanho, e esta não é outra senão a sua felicidade proporcionada pela salvação.

O último traço característico do poder pastoral é aquele que trata da maneira como o pastor exerce sua missão. No exercício de condução do rebanho, o pastor se via diante de um paradoxo. O poder pastoral era ao mesmo tempo totalizante e individualizante, ou ainda, as relações pastor – ovelha são relações integral e paradoxalmente distributivas. Integral pelo fato de que o pastor deve assegurar a salvação de todos, isto é, de toda a comunidade, da comunidade como unidade. É a salvação de todos, mas também é a salvação de cada um. Nenhuma ovelha é indiferente. Esse então é o lado paradoxalmente distributivo, a salvação de uma só ovelha deve causar tanta preocupação no pastor quanto a de todo o rebanho; para assegurar que todas as ovelhas se encaminhem para a salvação, o pastor deve zelar por todas as ovelhas individualmente. Uma atenção individualizada deve ser a sua preocupação e um esforço de conhecer cada uma é o meio de conduzir cada ovelha à unidade do rebanho e rumo aos locais seguros. “Por isso, para todas as ovelhas e para cada uma em particular, o pastor deve direcionar um cuidado especial, amoroso, benevolente.” (SANTOS, 2010, p.79).

Assim o pastor tem de possuir um saber sobre todas e cada uma das ovelhas. Um saber geral, de todo o rebanho, e um saber individualizado, frente ao confronto desse modelo geral de ovelha e rebanho com a vida prática, concreta e cotidiana de condução de todas. Esse conhecimento individual e coletivo fornece ao pastor-rei elementos suficientes para instrumentalizar seu poder sobre o rebanho-povo.

Para resumir a ideia de poder pastoral, Foucault afirma que:

(...) a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano. É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo. (FOUCAULT, 2008, p.173).

3.1.2 A pastoral cristã como técnica de governo

Foucault, no decorrer do curso *Segurança, Território, População*, analisa qual foi o lugar do pastorado dentro do pensamento de dois povos antigos: os gregos e os hebreus. Segundo Santos (2010), entre esse último povo a ideia de pastor-rebanho teve grande florescimento passando a ser a maior descrição da relação entre o povo de Israel com seu Deus, e logo depois com seus governantes. Já entre os gregos a presença da metáfora pastor-rebanho dividiu espaço com outras formas de descrição da ligação entre dirigidos e dirigentes, o que não significa que teve menos importância.

Entretanto, foi com o surgimento do cristianismo e de todas as instituições que o reforçam que o pastorado ganhou maior relevância no Ocidente. Foucault (2008) salienta que a verdadeira história do pastorado, como foco de um tipo específico de poder sobre os homens, a história do pastorado como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens tem sua origem no mundo ocidental, com o cristianismo. O pastorado cristão se institucionalizou, se desenvolveu e foi pensado essencialmente a partir do século III, ele começa com certo processo que é absolutamente único na história e de que não se encontra nenhum exemplo em nenhuma outra civilização: o processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo, numa escala que abrange toda a humanidade. O que dá origem a um dispositivo de poder que não cessou de se desenvolver e de se aperfeiçoar durante quinze séculos, segundo Foucault.

Esse poder pastoral, totalmente ligado à organização de uma religião como Igreja, a religião cristã como Igreja cristã, esse poder pastoral por certo transformou-se consideravelmente no curso desses quinze séculos de história. Ele por certo foi deslocado, desmembrado, transformado, integrado a formas diversas, mas no fundo nunca foi verdadeiramente abolido. (...) o poder pastoral em sua tipologia, em sua organização, em seu modo de funcionamento, o poder pastoral que se exerceu como poder é sem dúvida algo de que ainda não nos libertamos. (FOUCAULT, 2008, p.197).

A importância, a intensidade e a profundidade com que foi implantado o poder pastoral no Ocidente cristão e a extensão de seu campo de cobertura podem ser medidos através das várias tensões que provocou em diferentes épocas e países, de acordo com Santos (2010). Foram muitas as revoltas, lutas e batalhas cujo motivo foi o poder pastoral. Esses combates foram tanto para defender a permanência da ação pastoral cristã como para repeli-la com toda intensidade. “No fundo, todas as guerras de religião (...) ocorreram para saber quem tinha o direito de governar os homens em sua vida cotidiana, nos detalhes e na materialidade que constituem as suas existências. (FOUCAULT, 2008, p.198).

Na conferência “*A Filosofia analítica da Política*”, proferida em abril de 1978, (...) Foucault afirma que o poder pastoral iniciado no alvorecer do Cristianismo teve seu desenvolvimento mais intenso no decorrer da Idade Média quando do processo de complicadas relações de governo, seja entre pais e filhos, senhor e vassalo, padre e fiéis (...). Contudo, foi no século XVI, com a deflagração da Reforma protestante e o conseqüente revide da Igreja com a Contra Reforma, que o pastorado ganhou intensidade e alargou seu campo de atuação. (SANTOS, 2010, p.96).

De acordo com Santos (2010), desde o início do cristianismo, tem-se feito uma reflexão teórica sobre o pastorado, uma reflexão de caráter filosófico. Mas no cristianismo primário o governo pastoral não fora pensado como uma instituição necessária. Ele era mais visto como uma técnica de governo. O poder pastoral implica em uma forma de conhecimento sutil e complexo do pastor em relação a suas ovelhas. O pastor deve colher as informações individualizadas de cada membro da comunidade, conhecendo

as necessidades pessoais de cada membro do rebanho e, mais que isso, deve saber o que faz cada um, o que lhes acontece, o que se passa em suas almas, seus pecados, seus segredos. Nesta prática de individualização o cristianismo se vale de dois instrumentos utilizados de forma articulada: o exame e a direção de consciência. (Prado Filho, 2006 apud SANTOS, 2010, p.97).

“A direção de consciência cristã, (...) objetiva alcançar estados de obediência integral e permanente...” (Candiotto, 2008 apud SANTOS, 2010, p.98). Na pastoral cristã, a relação entre diretor e dirigido acontece dentro de um contexto de submissão e obediência. Aquele que busca um diretor de consciência o faz sabendo que isso implica na imposição da abertura e revelação de sua alma para ele. Por meio de regras que conduzem o exame de consciência, o discípulo é capaz de vasculhar sua consciência de tal forma que revela para o diretor os atos praticados e os pensamentos mais escondidos.

Para realizar a direção de consciência, o governo das almas e o cuidado para com elas, a pastoral cristã faz uso de diversas práticas que vão desde o exame detalhado da consciência até a confissão das faltas e pecados mais escondidos da alma. Esta relação realiza-se de si para consigo mesmo numa reflexão que se estrutura sobre a busca da verdade de si. Esta verdade se esconde nos discursos que cada um é obrigado a pronunciar sobre si mesmo. (SANTOS, 2010, p.99).

A submissão, obediência, exame e direção de consciência no pastorado cristão visam alcançar a completa renúncia ao mundo e a si mesmo. Esse processo de renúncia se dá quando ocorre uma mortificação diária neste mundo, deve-se abster de prazeres e delícias tendo em vista a salvação e a vida eterna. Esta renúncia e morte cotidianas estão na ordem de uma espécie de ética e governo de si mesmo que determinam certa identidade ao cristianismo e a sua modalidade de pastorado.

O pastorado cristão, na qualidade de nova técnica de governo, caracteriza-se como um conjunto de técnicas de conhecimento que visam realizar a construção de um saber que estava muito próximo de uma filosofia, afirma Santos (2010). Essa filosofia objetivava a constituição de um governo de uns sobre os outros no cotidiano, objetivava a condução do mais complexo e diverso dos seres vivos: o ser humano. Isso pode ser denominado como um regime das almas, um governo das almas. A concepção de pastoral como governo de uns sobre os outros durou muitos

séculos, até que no século XVI configurou-se a formação das artes laicas de governar.

Uma característica importante e fundamental do poder pastoral, ao longo do cristianismo, é que ele permaneceu distinto do poder político, apesar de não ter se eximido das questões políticas. Foucault (2008) aponta que o poder pastoral se encarrega das almas dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica uma intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas, objetivando dar conta do todo e de cada um, do indivíduo e da coletividade, porém de forma diferenciada do poder político.

O filósofo encerra sua extensa análise do pastorado afirmando que o pastorado no cristianismo constituiu-se em uma rede institucional densa, complicada, compacta, coextensiva à Igreja inteira, e tem como característica toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo. É uma arte que tem função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda vida deles e a cada passo da sua existência. Foucault (2008) considera que essas características do pastorado funcionam como pano de fundo histórico da governamentalidade.

Nenhuma civilização, nenhuma sociedade foi mais pastoral do que as sociedades cristãs desde o fim do mundo antigo até o nascimento do mundo moderno. E creio que esse pastorado, esse poder pastoral não pode ser confundido com os procedimentos utilizados para submeter os homens a uma lei ou a um soberano. Tampouco pode ser assimilado aos métodos empregados para formar as crianças, os adolescentes e os jovens. (...) o pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica.(...) É uma arte de governar os homens, e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p.219).

Estudando uma série de textos datados historicamente de cerca do século III até o século VI que buscam definir o pastorado cristão na Igreja, Foucault (2008), conclui que o pastorado estava relacionado a três temas: a salvação, a lei e a verdade. O pastor é aquele que deveria guiar o rebanho para salvação, ao mesmo tempo em que prescreve a lei e ensina os assuntos concernentes à verdade.

Em relação à salvação, o pastor tem por objetivo essencial conduzir os indivíduos, ou

permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação. Foucault (2008) aponta que no cristianismo existe uma reciprocidade de relações que se estendem do pastor ao rebanho, passando por cada uma das ovelhas em particular. A ligação entre pastor e rebanho, tem como especificidade ser integral e paradoxalmente distributiva. Integral porque compete ao pastor garantir a salvação de todos, e de cada um individualmente. É paradoxalmente distributiva porque “(...) a necessidade de salvar o todo implica que é necessário aceitar, se preciso, sacrificar uma ovelha que possa vir a comprometer o todo.” (FOUCAULT, 2008, p.224). O caráter paradoxal está no fato de que “a salvação de uma só ovelha deve causar tanta preocupação no pastor quanto a de todo o rebanho, não há ovelha pela qual ele não deva, suspendendo todas as suas outras tarefas e ocupações, abandonar o rebanho e tentar trazê-la de volta” (FOUCAULT, 2008, p.224). Segundo Santos (2010), para tentar resolver o problema do paradoxo da salvação o cristianismo introduz quatro princípios absolutamente específicos de sua visão de pastorado.

O primeiro princípio é o da responsabilidade analítica pelo qual o pastor deverá, seja no fim da vida no mundo, prestar contas de todas as ovelhas, bem como deverá dar satisfação a Deus de tudo que as ovelhas fizeram e pensaram de bom ou mau. O segundo princípio é o da transferência exaustiva e instantânea que imputa ao pastor por meio de uma transferência direta e contínua o mérito ou demérito de cada um dos atos que cada ovelha fez, como se dele fossem. O terceiro é o princípio da inversão do sacrifício que coloca que o pastor não apenas se perde com suas ovelhas (quando os atos delas forem maus), como também deve estar disposto a se perder por elas, no lugar delas, aceitando inclusive morrer pela salvação delas e dele. O último princípio é o da correspondência alternada que parte da suposição de que o merecimento do pastor não é grande quando suas ovelhas se conduzem bem, pois assim não consegue demonstrar suas qualidades pastorais. Assim, existe uma correlação entre as fraquezas das ovelhas com o mérito e a salvação do pastor; do mesmo modo que é preciso que o pastor demonstre suas fraquezas para edificação e salvação das ovelhas. Introdução especificamente cristã, esse fino processo de trocas complexas introduz aquilo que Foucault chamou de “economia dos méritos e deméritos” em razão de que

(...) supõe uma análise em elementos pontuais, mecanismos de transferência,

procedimentos de inversão, ações de apoio entre elementos contrários, em suma, toda uma economia detalhada dos méritos e dos deméritos, entre os quais, por fim, Deus decidirá (...) Em última instância, a produção da salvação escapa, está inteiramente nas mãos de Deus. E qualquer que sejam a habilidade, o mérito, a virtude ou a santidade do pastor, não é ele que opera nem a salvação das suas ovelhas nem a sua própria. Em compensação, ele tem de administrar, sem certeza terminal, as trajetórias, os circuitos, as reviravoltas do mérito e do demérito. (FOUCAULT, 2008, p.229).

Em relação ao tema da lei, Foucault sustenta que ela deve ser pensada segundo o comportamento da sua aplicação, ou seja, a obediência. O pastor deve zelar para que suas ovelhas se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. O pastorado cristão pressupõe daquele que é conduzido pelo pastor, uma obediência pura, como aponta Foucault (2008). A obediência é tida como um tipo de conduta unitária, altamente valorizada e que tem o essencial de sua razão de ser nela mesma. A relação da ovelha com aquele que a dirige é uma relação de dependência integral que quer dizer que é uma relação de submissão de um indivíduo a outro indivíduo, o correlacionamento entre um indivíduo que dirige e um indivíduo que é dirigido, é não somente uma condição mas o princípio mesmo da obediência cristã. Aquele que é dirigido deve aceitar e obedecer; ele se coloca inteiramente na dependência de alguém por alguém; o cristão se põe nas mãos do seu pastor para as coisas espirituais, mas também para as coisas materiais e para a vida cotidiana.

Na obediência cristã não há finalidade, pois a obediência cristã só leva à obediência. Obedece-se para ser obediente, para alcançar um estado de obediência, essa prática da obediência pode ser representada pelo termo humildade. Humildade que consiste em sentir-se o último dos homens, em receber ordens de qualquer um, em revalidar assim indefinidamente a relação de obediência e, principalmente, em renunciar à vontade própria.

Ser humilde, no fundo, é principalmente saber que toda vontade própria é uma vontade ruim. Se, portanto, a obediência tem um fim, esse fim é um estado de obediência definido pela renúncia, a renúncia definitiva a toda vontade própria. A finalidade da obediência é mortificar sua vontade, é fazer que sua vontade como vontade própria morra, isto é, que não haja outra vontade senão a de não ter vontade. (FOUCAULT, 2008, p.235).

Como os pastores relacionam-se com o rebanho não segundo os ditames legais, mas por

conta de uma ação cuidadosa, no cristianismo entre os cristãos e aqueles que os dirigem a relação é de dependência integral. Foucault (2008) destaca que a dependência integral possui três características. A primeira delas é de relação de submissão do cristão não a uma lei, um princípio ou discurso racional qualquer, mas sim a uma pessoa responsável pela sua condução. A segunda característica é a de ser uma relação sem fim, ou seja, não há a busca de um resultado final. “A finalidade da obediência é mortificar sua vontade, é fazer que sua vontade como vontade própria morra, isto é, que não haja outra vontade senão a de não ter vontade.” (FOUCAULT, 2008, p. 235). A última característica da dependência integral coloca em jogo o par servidão-serviço como aspecto relacional entre o pastor e suas ovelhas, pois a aplicação de um conjunto de responsabilidades recíprocas obriga a ovelha a uma sujeição total ao pastor, assim como coloca o pastor a serviço de suas ovelhas, quer para assuntos de ordem material ou espiritual.

Enfim, a terceira relação do pastorado é com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, crer e de professar certa verdade. O pastor ensina a comunidade sobre as verdades da fé, mas isso não se restringe apenas ao campo teórico, deve existir uma prática, por parte do pastor. Por meio de sua vivência cotidiana e de sua pregação, o pastor deve tocar cada membro da comunidade individualmente para provocar a conversão constante e diária deste. Foucault até se arrisca a afirmar que essa é a tarefa primeira e principal do pastor. Essa tarefa não é unidimensional, não se trata simplesmente de dar determinada lição aos outros, mas de uma coisa mais complicada. O pastor deve ensinar por seu exemplo, por sua própria vida e isso é tão importante que se ele não dá uma boa lição com sua própria vida, o ensino teórico, verbal, que vier a ministrar se verá obscurecido por isso mesmo.

Esse ensino deve ser uma direção da conduta cotidiana. Trata-se não apenas de ensinar o que se deve saber e o que se deve fazer. Trata-se de ensiná-lo não apenas por princípios gerais, mas por uma modulação cotidiana, esse ensino também tem de passar por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e da maneira menos descontínua possível, sobre a conduta integral, total, das ovelhas. A vida cotidiana não deve ser simplesmente, em sua perfeição, em seu mérito ou em sua qualidade, o resultado de um ensino geral, nem mesmo o resultado de um exemplo. A vida cotidiana deve ser efetivamente assumida e observada, de sorte que o pastor deve formar, a partir

dessa vida cotidiana das suas ovelhas, que ele vigia, um saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta. (FOUCAULT, 2008, p.238-239).

O pastor, além de ensinar a verdade, também deve dirigir a consciência com o objetivo de que a ovelha exercite o exame de consciência, prática obrigatória para os cristãos. Tal prática deve ser absolutamente permanente, afinal a ovelha será dirigida durante toda a vida, e o exame deve ser feito a fim de que a ovelha comunique ao pastor o que ela fez, o que ela é, o que sentiu, as tentações a que foi submetida, os maus pensamentos que deixou em si, tudo isso para melhor marcar, melhor ancorar a relação de dependência ao outro. “E o indivíduo vai formar de si, a cada instante, pelo exame de consciência, certo discurso de verdade. Vai extrair e produzir a partir de si mesmo certa verdade, que vai ser aquilo através do que vai estar ligado àquele que dirige sua consciência.” (FOUCAULT, 2008, p.241).

Com isso, Foucault (2008) conclui que o pastorado é uma forma de poder que, tendo o problema da salvação como temática geral, vai introduzir no interior da relação global do pastor com a comunidade, toda uma economia, toda uma técnica de circulação, de transferência, que é seu ponto fundamental. O pastorado cristão não vai ser o instrumento de aceitação ou de generalização da lei, ele tangencia a lei e instaura um tipo de relação de obediência individual, exaustiva, total e permanente. Com relação à verdade, o pastorado cristão implanta uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros pela qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual se exercerá a obediência.

Para o filósofo, é através do pastorado cristão que surge uma forma de poder absolutamente nova, é também no pastorado que surgem modos de individualização que são definidos de três maneiras: primeiro por um jogo de decomposição que define a cada instante o equilíbrio, o jogo e a circulação dos méritos e dos deméritos; segundo é uma individualização que se dá por toda uma rede de servidões, que implica a servidão geral de todo o mundo em relação a todo mundo, e ao mesmo tempo a exclusão do egoísmo como forma central, nuclear do indivíduo, é uma individualização por sujeição; e em terceiro lugar, é uma individualização que vai ser adquirida pela produção de uma verdade interior, secreta e oculta. Foucault (2008) afirma

que além de ser a história dos procedimentos da individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado, também é a história do sujeito.

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta. (FOUCAULT, 2008, p.243).

O pastorado é considerado, segundo Foucault (2008), uma economia das almas, economia essa que deve incidir sobre a comunidade de todos os cristãos e sobre cada cristão em particular; ela se ocupa da salvação das almas. No entanto, a partir do século XVI o conceito de regime e economia das almas sofre uma nova mudança, segundo Foucault, que em seu estudo, conclui que a palavra “economia” não seria a mais adequada para designar essa atividade do pastorado. Para o filósofo, a palavra que melhor se aplica é “conduta”. A conduta se refere a duas coisas: ela é de fato a atividade que consiste em conduzir, a condução, e também é a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria o ato de conduta ou de condução.

Portanto “o pastorado é um tipo de poder bem específico que se dá por objeto a conduta dos homens – quer dizer, por instrumento os métodos que permitem conduzi-los e por alvo a maneira como eles se conduzem, como eles se comportam - (...) o pastorado é um poder que tem de fato por objetivo a conduta dos homens.” (FOUCAULT, 2008, p.256).

A seguir, veremos como se estabeleceu no limiar da modernidade a crise do pastorado em sua acepção religiosa. Isso porque o poder pastoral acabou por se re-significar e expandir-se, de um sentido estritamente religioso e moral, para uma concepção política e social de governo de um grupo de homens viventes nas cidades.

3.2 A Crise do Pastorado

Segundo Foucault, a realização de um ato de condução de algo ou alguém deve ser, segundo ele, efetuada fazendo uso de mecanismos e instrumentos coercivos mais ou menos estritos, ou, ainda, a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. Essa é a razão pela qual o poder em todas as suas modalidades, e dentre elas a de tipo pastoral, distingue-se por ser menos da ordem do confronto entre dois adversários ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do governo. Governo esse entendido como a condução, direção, sustentação e conhecimento a fundo de todos e cada um dos indivíduos, como pregava o pastorado cristão.

Ele [o governo] não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. (Foucault, 1994 apud SANTOS, 2010, p.112).

Porém essa condução de conduta entra no século XVI, e passando pelo século XVII, em um forte processo de desequilíbrio e tensão com a deflagração da crise do pastorado. Após longo período de afirmação e implantação das técnicas e procedimentos que lhe valeram tanto poder, o pastorado viu-se envolvido no pior momento de sua história. Foucault (2008) exemplifica essa crise com os diversos movimentos revoltosos ou de resistência ao modelo pastoral, sejam eles de ordem protestante ou católica.

A busca por novas formas de governo que respondessem à questão sobre como governar gerou a crise. Outra questão que surge é: como não ser governado? Surge uma inquietude em torno da maneira de governar e Foucault explica

(...) se destaca uma questão perpétua que seria: 'como não ser governado deste

modo, por tal coisa, em nome desses princípios, tendo em vista tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não assim, não para isso, não por eles?'. Então, se se outorga a amplitude e inserção histórica que creio corresponde a esse movimento de governamentalização, tanto da sociedade como dos indivíduos, parece que se poderia colocar, aproximadamente, do lado desta última pergunta o que chamaria a atitude crítica. Fazendo frente e como contraparte das artes de governar, ou melhor, como companheira e adversária ao mesmo tempo, como maneira de duvidar delas, de recusá-las, de limitá-las, de lhes encontrar uma justa medida, de transformá-las, de buscar um escape dessas formas de governar ou, em todo caso, um deslocamento a título de reticência essencial, mas também e por ele mesmo como linha de desenvolvimento das artes de governar, teria existido algo que nasceu na Europa nesse momento, uma espécie de forma cultural geral, atitude moral e política ao mesmo tempo, maneira de pensar etc., que simplesmente chamaria arte de não ser governado ou, inclusive, arte de não ser governado assim e nesse preço. Proporia então, como uma primeira definição da crítica a esta caracterização geral: a arte de não ser governado de uma certa maneira. (Foucault, 1995 apud SANTOS, 2010, p.113).

Essa atitude crítica a que Foucault se referiu caracteriza um comportamento diante do governo e da condução realizada por outros colocando em questão a forma como estes a executam. Foucault elenca três pontos de ancoragem históricos sobre os quais a atitude crítica pode ser fixada. O primeiro deles é um problema de crítica bíblica, pois se relaciona com uma nova aproximação da Escritura. O governo dos homens era uma prática permeada por religiosidade, obediência à Igreja e seu magistério. Esta buscava na Escritura a fundamentação necessária para sua existência e seu poder de governo sobre os homens. Não querer ser governado pela Igreja ou por políticas governamentais ligadas ao seu modelo pastoral significava uma volta à Escritura para buscar nela outras formas de governo. O objetivo dessa volta era de resgatar o que de genuíno existe na Escritura e recuperar o que foi efetivamente escrito lá. Isso significou questionar a forma como se era governado e procurar na Bíblia a verdade.

O segundo ponto é uma questão jurídica e de direito natural. Não querer ser governado segundo os critérios de um mau governo não significa recusa às leis porque elas são injustas. A crítica está no ato de fazer frente ao governo e à obediência que exige, opondo-o com a reivindicação dos direitos universais e imprescritíveis aos quais todo governo, qualquer que seja – monarca, magistrado, educador, pai de família – deverá se submeter, apontou Foucault (2008).

O terceiro ponto evoca o problema da certeza da verdade proferida por quem exerce posição de governo. Não querer ser governado por uma autoridade que governa de forma

insatisfatória significa também não aceitar como verdadeiro o que ela diz ser verdade. A aceitação ou não do que é dito pela autoridade deve passar pelo tribunal da razão, pelo julgamento pessoal sobre o que foi proferido.

Segundo Santos (2010), a crise no poder pastoral não ocorreu apenas no campo teórico. A situação do pastorado foi definida quando da deflagração de algumas formas de resistência e alguns focos de revolta que surgiram dentro de seu campo de ação e influência. A noção de resistência deve ser entendida aqui em sua reciprocidade com a noção de poder, posto que em seu caráter estritamente relacional as correlações de poder

(...) não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (Foucault, 2007 apud SANTOS, 2010, p. 116).

Eventos como o da Reforma Protestante visavam outro tipo de conduta que aquela que existia. “Os indivíduos revoltosos contra o poder pastoral desejavam, no fundo, serem conduzidos de outro modo, por outros condutores e outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e métodos de direção.” (FOUCAULT, 2008, p.257).

Para Foucault (2008) a multiplicação das necessidades de condução e governo das condutas não se articula sem o aparecimento concomitante de empreendimentos de resistência e de alguns elementos daquilo que o filósofo chamou de contraconduta. “Empregando a palavra contraconduta, é sem dúvida possível, sem ter de sacralizar como dissidente fulano ou beltrano, analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da política ou no campo muito geral das relações de poder.” (FOUCAULT, 2008, p.266).

Foucault retoma a ideia de que onde há poder, há resistência, e estudando a pastoral e sua

crise, busca validar a hipótese de uma resistência cujas condições de possibilidade estão articuladas na própria estrutura do sistema de poder. O filósofo busca direcionar seu instrumental analítico para uma nova economia das relações de poder, no caso em tela, a pastoral, onde as formas de resistência ao poder servem como ponto de partida ou

(...) como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista da sua racionalidade interna, ela [a nova economia das relações de poder] consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. (Foucault, 1995 apud SANTOS, 2010, p.119).

Em sua análise sobre a crise do pastorado, Foucault aponta a localização dos pontos de aplicação da resistência em cinco formas principais de contraconduta desenvolvidas, ou pelo menos, intensificadas, durante o período medieval. Cada uma destas formas possui características próprias, mas elas se articulam por entre os elementos fronteirços existentes no poder pastoral. As contracondutas apresentadas por Foucault (2008) são: o ascetismo, as comunidades, a mística, a escritura e a escatologia.

No ascetismo, que é uma prática associada à própria essência do Cristianismo e está relacionada com o modo de vida monástico, o asceta é antes de tudo o monge que através da purificação do próprio pensamento, dos sentimentos e com o exercício das obras de misericórdia recebe como prêmio a pureza do coração. Uma das razões do surgimento do pastorado na Igreja por volta dos séculos III-IV foi o combate contra as práticas ascéticas. A luta contra o ascetismo ocorreu principalmente por causa da maneira como ele acatava a questão da obediência. Diferentemente de uma obediência irrestrita às ordens dos superiores que implicava uma aceitação de direção da própria consciência, como estabelecia o pastorado, a prática ascética colocou em funcionamento outros aspectos como: o exercício sobre si mesmo sem intermediários; a aplicação de exercícios cada vez mais difíceis para provar e moldar o espírito do monge; a implantação de desafios interiores que se transmutam em desafios para os outros; a busca por um estado de tranquilidade da alma e por fim a recusa do corpo e da matéria a ponto de martirizá-lo com sacrifícios. Para Foucault o ascetismo é

(...) totalmente incompatível com uma estrutura do pastorado que implica (...) uma obediência permanente, uma renúncia à vontade, e somente à vontade, e uma extensão da conduta do indivíduo ao mundo. (...) Creio que estas duas estruturas, a da obediência e a do ascetismo, são profundamente diferentes. É por isso que, quando e onde se desenvolveram contracondutas pastorais na Idade Média, o ascetismo foi um dos pontos de apoio, um dos instrumentos utilizados para isso e contra o pastorado. (...) É como elemento de luta que ele foi ativado ao longo de toda a história do cristianismo, reativado, sem sombra de dúvida com uma intensidade particular, a partir do século XI ou XII. Portanto, conclusão: o cristianismo não é uma religião ascética. (FOUCAULT, 2008, p.273-274).

A segunda forma de contraconduta são as comunidades, que consiste na união de membros que buscam, em conjunto, recusar a autoridade do pastor. Algumas questões são levantadas quanto a: ideia de aceitação da autoridade do pastor em estado de pecado; crença na eficácia do poder sacramental do padre, e a questão da presença real de Cristo na eucaristia. Algumas comunidades mais radicais colocam em xeque, por exemplo, o dimorfismo existente entre clérigos e leigos para inserir a divisão dos membros da Igreja em eleitos e não-eleitos. É introduzido um novo sentido para o princípio da obediência que agora ou não era mais observada, ou não era mais vista como uma exigência do poder pastoral, mas sim como uma espécie de juramento recíproco que poderia ser feito entre dois membros da comunidade.

A mística, terceira forma de contraconduta, consiste na experiência de encontro pessoal e místico com a divindade, o que é contrário ao sistema que vai da verdade ao exame. Essa prática de vida rejeita a sujeição de um exame de consciência, pois “a alma não se mostra ao outro num exame, por todo um sistema de confissões. A alma, na mística, se vê a si mesma. Ela se vê a si mesma em Deus, e vê Deus em si mesma.” (FOUCAULT, 2008, p.280). A mística vai contra a estrutura de ensino da verdade. Ela é caracterizada por ser uma experiência que sustenta que a ignorância e a incapacidade de exprimir o estado de beatitude é um conhecimento real de Deus, enquanto que o saber teórico é um tipo de ignorância que pode levar ao pecado do orgulho. Para a mística “a ignorância é um saber, e o saber tem a própria forma da ignorância.” (FOUCAULT, 2008, p.281).

Quarta forma de contraconduta: a Escritura. Dentro do sistema de poder pastoral o papel

da Escritura foi diminuído em relação à presença, ensino, intervenção, condução e palavra do pastor. O regresso às Escrituras desqualifica a centralidade e a importância do pastor e dos mecanismos institucionais do pastorado em proveito de um conhecimento exaustivo de seus textos sagrados. O que significa que no estudo da palavra divina “o pastor pode comentar, pode explicar o que é obscuro, pode designar o que é importante, mas o fará, de qualquer modo, para que o leitor possa ler por si próprio a Escritura.” (FOUCAULT, 2008, p.282).

Quinta e última modalidade de contraconduta, analisada por Foucault, desenvolve-se em torno da escatologia. A crença escatológica rejeita os dispositivos do poder pastoral quando sustenta que o Tempo se esgotou, a promessa foi cumprida e o próprio Cristo está prestes a voltar e reunir, muito em breve, seu rebanho separando os bons para a vida eterna e os maus para a condenação. Com a vinda iminente do verdadeiro condutor, o pastor divino, não existe mais a exigência de submissão aos pastores da história e do tempo, porque se corre o risco de cair nas mãos de falsos pastores – o anticristo, daí a necessidade de aceitar o reino do Espírito Santo que derrama com igualdade sua graça sobre todos os eleitos de Deus.

Estes exemplos de contraconduta demonstram que o Cristianismo, em sua organização pastoral real, não é uma religião ascética, comunitária, mística, escatológica e baseada na Escritura. Do mesmo modo que mostra, de forma efetiva, que as resistências ao pastorado não são externas ao Cristianismo, mas encontram-se em uma posição de fronteira entre o pertencimento a esta religião e o completo rompimento. Com efeito, elas constituem-se utilizando elementos táticos inerentes ao próprio regime pastoral do qual desejam dissociar-se. Estas contracondutas marcam o ponto de entrada de transformações que modificam as relações de força que se desenvolvem no meio dos grupos e comunidades, ao mesmo tempo em que não escondem as táticas que as justificam moralmente e/ou racionalmente. (SANTOS, 2010, p.123).

Foucault conseguiu em sua análise sobre o poder pastoral, extrair os pontos-chaves desse tipo de poder. Ao realizar sua análise das estruturas que envolvem esse poder, o filósofo preparou o pano de fundo necessário para empreender o estudo das artes de governar e da governamentalidade que iriam se desenvolver no alvorecer do século XVI. Cabe ressaltar que Foucault (2008) alerta para o fato de que, apesar da crise do pastorado, e ainda que o século XVIII marque o final do pastorado, seu exercício não foi extinto e é possível afirmarmos que

ainda não nos livramos dele.

3.3 A Condução dos Alunos

Traçando uma analogia com o poder pastoral, os alunos fazem parte de um rebanho que é conduzido por um pastor. Esse rebanho, que poderia estar alinhado à figura do pelotão, tem como comandante um tenente, que tem em sua função algo semelhante à figura do pastor. Ele é responsável pela condução do pelotão, pela conduta dele. Ele não é exatamente igual ao pastor do cristianismo mas ele é responsável pela condução, por pregar as verdades e pelo adestramento desse rebanho.

Essa ideia de rebanho e condução se faz presente desde o primeiro dia na escola. Os então candidatos são divididos em pelotões e começam as medidas administrativas já sendo conduzidos como rebanho. Devem obedecer o superior que os guia, quer seja na entrega de material, no corte de cabelo, na distribuição dos uniformes, nos deslocamentos em forma, como mostram as fotos a seguir.



Figura 5. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br



Figura 6 Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

A condução do aluno acontece desde seu primeiro dia dentro da Instituição. E como é característica do poder pastoral, o rebanho aceita ser conduzido de uma determinada maneira. O aluno, para ser conduzido, deve entrar em uma ordem discursiva e esse processo é todo regrado. O aluno entra na escola pela normatização que estabelece, no edital, que ele deve concordar com as regras, que é de livre e espontânea vontade que o faz. Ele escolhe ser conduzido dessa forma pois é voluntário, entra na escola através de um concurso.

O aluno busca ser conduzido dessa forma, mesmo sabendo que para isso deve entrar num processo discursivo que inclui questões de privação, de normatização. Ele tem a consciência e o desejo de ser conduzido. Ele aceita por documento, estabelecido no edital, submeter-se a todas as normas e condução e subjetivar-se. Foucault afirma que poder existe onde há liberdade e que é algo positivo: a liberdade está no fato do aluno ser voluntário, dele escolher ter esse tipo de condução e não outro. Ele escolheu ser subjetivado dessa forma e não outra. E o ponto positivo dessa relação fica claro nos relatos das anamneses, novamente apresentamos excertos da questão: “Escreva no espaço abaixo a percepção que você tem das mudanças (comportamentais, afetivas, relacionais....) que ocorreram em você do início do ano até aqui. Como se sente em relação a elas?” Vejamos alguns exemplos:

“Tenho uma boa percepção sobre as mudanças.”

“As mudanças foram positivas, relacionadas ao comprometimento, persistência e responsabilidade.”

“Me sinto muito melhor, mais confiante e mais capaz em relação ao início.”

“Percebo que em todos os aspectos obtive uma melhora.”

“As mudanças foram significativas e só me acrescentaram.”

“Me sinto bem em relação a essas mudanças, visto que nenhuma delas me prejudicou de nenhuma forma.”

“Me sinto bem, pois as mudanças que ocorreram foram positivas e me deram uma visão melhor da vida.”

“Sinto que a adaptação é cada vez maior, juntamente com a motivação e o espírito militar que estamos vivendo, mudei o relacionamento com o pelotão, ficando mais próximo de todos.”

“Percebi que tive mudanças boas, e que fizeram bem para mim, sou uma pessoa mais disciplinada e respeito mais as outras.”

“Passei a ser mais comunicativo, a ter mais disciplina. Sinto-me bem, pois esses são fatores importantes na carreira militar.”

“Eu me sinto contente em ter amadurecido nas ideias e no meu próprio comportamento.”

“Orgulhoso da maioria das mudanças, pois são os valores que a Instituição cultiva.”

“Foram poucas as mudanças, pois ao vir para cá, estava ciente de muitas das coisas que ocorreria, e elas tiveram pouco impacto em minha vida.”

“Estou contente com as mudanças e tenho grandes perspectivas.”

Esses depoimentos deixam claro que o aluno escolheu ser conduzido dessa forma e que isso é algo positivo no sentido que produz saberes e novos sujeitos. Em relação a esse novo sujeito, poderíamos problematizar a questão da nova identidade assumida: esse processo é de todo positivo? Existem momentos de dor? Seriam esses relatos positivos e repetitivos para o sujeito afirmar para ele mesmo, para se convencer de um lugar que ele deve/quer assumir? Para alguns essa transformação não causou tanta surpresa pois eles já tinham ciência do processo de

subjetivação e condução. O que fica evidente é que as práticas discursivas, disciplinares e de governo estão entrelaçadas e presentes em todos os momentos do processo de constituição do sujeito militar.

3.4 Cerimônias Militares

Os processos discursivos, disciplinares e de governo são marcados por rituais militares. Ao final do período de adaptação, os alunos participam da cerimônia de entrada aos portões da escola, que marca a passagem do status de “candidato” à condição de aluno, efetivando sua matrícula.



Figura 7. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

Outra cerimônia relevante é a da apresentação da Bandeira Nacional aos alunos. Tem como objetivo destacar a importância do culto à Bandeira, pois é um símbolo pátrio e merece destaque e demonstração de respeito.



Figura 8. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

Em meados do mês de agosto ocorre o Juramento à Bandeira. Solenidade militar onde o aluno se compromete, perante a Bandeira Nacional, a ser leal e se compromete com a Pátria. Todo cidadão, após ingressar nas Forças Armadas, presta compromisso de honra, no qual afirma a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifesta sua livre disposição de bem cumpri-los. O compromisso do aluno tem caráter solene, cumprindo o que prescreve a lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares – o compromisso sempre é prestado sob a forma de juramento à Bandeira na presença da tropa formada.

O juramento à Bandeira ocorre no momento em que o grau de instrução atingido permite o perfeito entendimento, por parte do aluno, de seus deveres como integrante das Forças Armadas. Os dizeres do compromisso, extremamente profundos em sua expressão de sentimento pátrio, alcançam a plenitude de compreensão clara e precisa de devoção absoluta às essenciais manifestações do valor militar, tais como fidelidade à Pátria, civismo e culto às tradições, fé na missão elevada das Forças Armadas, espírito militar, amor à profissão das armas e entusiasmo pelo seu exercício.



Figura 9. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

As seguintes palavras são proferidas:

“Incorporando-me ao [...] prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.”

Essas palavras carregam muito fortemente questões como disciplina, relações de poder e governo. O aluno é conduzido por ordens, sua disciplina permite que ele cumpra essas ordens rigorosamente. As relações de poder se manifestam através das relações com os superiores, colegas e subordinados, sendo que essa última aponta para uma futura relação de condução da conduta por parte dos alunos. Ao se formarem, eles serão responsáveis por conduzirem as condutas de seus soldados que serão seus subordinados. É um ciclo: quem hoje está sendo assujeitado, conduzido, envolvido em uma trama de poder, amanhã será responsável por assujeitar outros, conduzir e governar, sempre dentro de relações de poder.

Ao final do ano letivo, outra cerimônia que marca o encerramento de uma parte do processo de subjetivação e condução dos alunos, é a saída da escola. A constituição do sujeito

militar terá seguimento em outro estabelecimento de ensino, então faz-se necessário marcar o final dessa etapa.



Figura 10. Fonte: www.espcex.ensino.eb.br

As ritualizações servem para materializar a evolução do processo de constituição do sujeito militar. A cada cerimônia são introduzidos novos valores, novas verdades acerca da Instituição e do que se espera desse aluno que escolheu ser conduzido dessa forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como pano de fundo as obras e contribuições de Foucault que tem, por muitos estudiosos, suas contribuições divididas em três domínios ou fases (arqueológica, genealógica e ética). A fixação desses domínios não deve ser tomada como o reconhecimento da existência de momentos intelectuais específicos que não estabelecem nenhuma relação com os outros. Pelo contrário, a separação em três fases constitui apenas uma precaução metodológica que facilita a melhor compreensão do complexo e abrangente universo foucaultiano. O próprio Foucault sempre buscou em seus escritos e cursos estabelecer pontes e ligações entre estudos que realizava no momento e trabalhos precedentes, o que demonstra que ao invés de três pensadores distintos, que nada teriam em comum, seria melhor afirmar que existem três desdobramentos da vida intelectual de um e mesmo pensador.

Portanto, por um critério metodológico, de modo geral podemos dividir o conjunto da obra de Foucault a partir de três fases ligadas a três grandes eixos temáticos: a formação de saberes, o exercício do poder e a constituição do sujeito. Assim também, por questões metodológicas, optamos por dividir o presente trabalho, porém cientes de que essas práticas que constituem esse estudo estão interligadas, entrelaçadas, acontecem concomitantemente.

Buscamos mostrar que através da aplicação das relações de poder/saber e das artes de governo: adestramento, disciplina, vigilância, governo e condução da conduta, notam-se mudanças nos comportamentos e condutas dos alunos, relatadas por eles mesmos. Eles não mais reconhecem a identidade que possuíam anteriormente, ou antes, eles reconhecem a troca de identidade, agora a identidade que melhor se adequa ao que é esperado desse sujeito-militar. Identidade em conformidade com o mundo em que ele escolheu viver e ser conduzido dessa forma, dita pelos outros (os superiores hierárquicos, através das relações de poder que geram saber).

No entanto, dentro das práticas discursivas, de disciplinamento e governo, aparecem, mesmo dentro da normatização esperada, alguns pontos de resistência, principalmente nas falas dos alunos, um movimento que se dá na relação do sujeito consigo mesmo. Resistência, para Foucault (2009), trata-se de descrever a maneira pela qual o indivíduo singular, por meio de

um procedimento que é, em geral, de escritura, consegue, de maneira voluntária ou fortuita, “escapar” dos dispositivos de identificação, de classificação e de normalização do discurso. A resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações. Na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte.

Para Foucault a resistência não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea, isso significa que não há anterioridade lógica ou cronológica da resistência. Ela deve apresentar as mesmas características que o poder: tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele; como ele, ela se organiza, se consolida; como ele, ela vem de baixo e se distribui estrategicamente. A resistência não vem, portanto, do exterior do poder, ela realmente se assemelha a ele por assumir as suas características. Vejamos alguns exemplos de resistência nas falas dos alunos:

“Me adaptei bastante, aprendi a dar valor a coisas que não dava antes.”

“Estou mais maduro, responsável e aprendi a dar valor a coisas que antes eram comuns.”

“Aqui aprendemos a dar valor as coisas mais simples da vida.”

“Tenho dado mais valor a estar com a família e amigos.”

“Mudei muito desde que cheguei, hoje vejo o valor da família e de quão importante ela é para a formação de um homem.”

“Notei que eu me tornei mais sério e responsável em alguns aspectos, e que pude aprender a valorizar coisas e situações que são importantes que eu não dava tanto valor. Eu me sinto bem com isso.”

“Sinto que amadureci significativamente minha postura e relacionamento. Aprendemos também a valorizar coisas que antes nem nos importávamos.”

“Passei a dar mais valor à família e amigos.”

“Me sinto muito mais disciplinado tanto no estudo quanto no físico, valorizo muito mais momentos simples que antes não dava tanto valor.”

“Tornei-me mais responsável, aprendi a ter organização e valorizo muito meu tempo livre.”

“Estou mais responsável, independente e disciplinado. Ficando afastado da família, agora valorizo ainda mais.”

“Sinto-me mais maduro, valorizo muito mais pequenas coisas como passar um tempo com minha mãe, meus amigos, minha família e descanso.”

“Estou mais responsável, consciente, disciplinado, dando maior valor às amizades e à família, sinto falta do mar, e quando vou pra casa não consigo para de falar da Instituição.”

O modo como o aluno é conduzido, esse disciplinamento, todas essas práticas causam um “apagamento” do sujeito consigo. Ele vive para a Instituição, no entanto, quando o aluno diz que valoriza mais pequenas coisas, seu tempo livre, sua família e amigos, aponta para um momento de “escape”. Apesar dele ter escolhido ser conduzido dessa forma, a resistência se faz presente nesses escapes das falas. Nesse momento, ele volta para si, percebe-se como o sujeito que era, antes de entrar na escola, e não como sujeito-militar; ele se vê, por um breve momento, como sujeito que não faz parte dessa máquina de militarização. São pequenos momentos em que o aluno, assumindo a posição-sujeito “filho” ou “civil”, escapa e escreve de si, mas em nenhum momento a resistência é em relação à Instituição. Isso fica muito claro na última fala apresentada: mesmo estando junto da família e valorizando as mínimas coisas, a Instituição se faz presente. Isso evidencia que a resistência se faz presente, mesmo que de uma forma microscópica, nas malhas do discurso, e que o sujeito se subjetiva de acordo com a identidade que está sendo posta a ele.

Procuramos mostrar, através das ferramentas postas por Foucault, como sujeitos são produzidos e conduzidos dentro de um contexto específico: o meio militar. Sabemos que muito ainda pode ser explorado nesse solo fértil que constitui o corpus dessa pesquisa, essa pode ser apenas a ponta do iceberg que abre caminhos a novas pesquisas, novas problematizações, novas análises acerca de como nos constituímos como sujeitos, de como somos subjetivados a ponto de sermos o que somos hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio Groppa; RIBEIRO, Cintya Regina. Processos de Governamentalização e a Atualidade Educacional: a liberdade como eixo problematizador. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p. 57-71.

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. *Revista Aulas*, n.3,dez. 2006/mar. 2007. Dossiê Foucault, p.01-24.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretoria da Educação Superior Militar. Escola Preparatória de Cadetes do Exército. *Coletânea de Instrução Militar*. 5ª ed. 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretoria da Educação Superior Militar. *Normas para a Formação e Graduação do Oficial de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro*. 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Regulamento Disciplinar do Exército*. 1ª ed. 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais R-1 (RISG)*. 2004

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

CAPPELLANO, Jorge Luiz Pavan. *Memorial da Escola Preparatória de Cadetes do Exército: da Rua da Fonte à Fazenda Chapadão, 65 anos de História*. Campinas, SP. Impressão Digital do Brasil Gráfica e Editora Ltda, 2010.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos,

SP. Editora Claraluz, 2008a.

FERNANDES, Cleudemar Alves. De Sujeito a Subjetividade na Análise do discurso. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos : Editora Claraluz, 2008b, p. 69-82.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. 3 ed. São Paulo : EDUC, 2011.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. Apêndice. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo : Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2013.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009a.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p.171-186.

GALLO, Silvio D.; VEIGA-NETO, Alfredo. Ensaio para uma Filosofia da Educação. *Educação*. São Paulo: Segmento n.3 (Especial Foucault Pensa a Educação), mar., 2007. p 16 – 25.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo : Editora Perspectiva, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 1.ed. Rio de Janeiro : Objetiva, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p. 153-169.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. *Investigações discursivas na pós-modernidade: (uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira)*. Campinas, SP : Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2002.

MENDES, Jackeline Rodrigues; VILELA, Denise Silva. A linguagem como eixo da pesquisa em educação matemática: contribuições da filosofia e dos estudos do discurso. *Zetetiké*. Campinas, v. 19, n. 36 – jul/dez 2011, p. 07-25.

MOTA, Maria Renata Alonso. *As crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos e o governo da infância*. 2010. 184p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

NOGUERA, Carlos. La Gubernamentalidad em Los Cursos del Profesor Foucault. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p.21-33.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p 97–117.

Ó, Jorge Ramos do. Notas sobre Foucault e a governamentalidade. In: FALCÃO, Luís Felipe; DE SOUZA, Pedro (Orgs.). *Michel Foucault: Perspectivas*. Florianópolis : Achiamé, 2005, p. 15-39.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8ª edição, Campinas, SP : Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni P. Michel Foucault e Michel Pêcheux: uma relação pelo discurso. In: FALCÃO, Luís Felipe; DE SOUZA, Pedro (Orgs.). *Michel Foucault: Perspectivas*. Florianópolis : Achiamé, 2005, p. 65-70.

PAGNAN, Valéria Bastelli. *Da produção de identidades: a constituição do sujeito em narrativas fotográficas sobre a vida*. 2010. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2010.

PRADO FILHO, Kleber. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: FALCÃO, Luís Felipe; DE SOUZA, Pedro (Orgs.). *Michel Foucault: Perspectivas*. Florianópolis : Achiamé, 2005, p. 41-50.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos : Claraluz, 2005.

RODRIGUES, Daniel Santini. *A filosofia no currículo do ensino médio: aspectos discursivos nos documentos oficiais*. 2012. 118p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2012.

SANTOS, Rone Eleandro dos. *Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault*. 2010. 242p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

SOUZA, Fabiane Marques de Carvalho. A objetivação do sujeito por práticas disciplinares em *Vigiar e Punir*. *Revista Índice*, vol 02, n.01, 2010/1, p.50-59.

SOZZI, Samanta Rodrigues Sousa. *Representações de identidades em um blog escolar: relações de poder-saber em práticas de letramento*. 2010. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo; TRAVERSINI, Clarice. Por que governamentalidade e Educação? *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 34 (2), mai/ago 2009. p.13-19.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.